

Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

PROTOCOLO GERAL

ANEXO

Nº 909024 2016

ENT : 09/09/2016

SAIDA: / /201 às

MARGARETH CORTEZ DA COSTA

INTERESSADO

NOME SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

END : Rua -ROSALVO PINTO DAMASO

FONE : (82) 3279--130 (82) 9116--604

ASSUNTO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
DETETIZAÇÃO EM GERAL.

ANDAMENTO

DATA	DESTINO
09/09/2016	GABINETE DO PREFEITO

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Administração



Ofício nº 329/2016-SMA

Boca da Mata/AL, 09 de setembro de 2016

Exmo. Senhor Prefeito,

Solicitamos, em caráter de urgência, a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização em geral** para suprir as demandas do Município, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência anexo, bem como estimativa de preços constante no Mapa Comparativo de Preços igualmente anexado.

Considerando que a realização de procedimento licitatório demandará tempo suficiente para, nesse momento, inviabilizar a consecução do interesse público em questão, prejudicando o andamento dos trabalhos desenvolvidos pela rede municipal, podendo ainda ocasionar prejuízo, sugerimos que seja vista a possibilidade de viabilizar-se a contratação que se apresenta através de adesão a registro de preços.

Por oportuno, detectamos a existência das Atas de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 17/2015-SRP pertencente a Prefeitura Municipal de Traipu (conf. publicação no Diário Oficial do Estado de Alagoas de 21 de março de 2016, em anexo) possivelmente capazes de suprir, ao menos em parte, a carência existente nesse momento.

Outrossim, informamos que as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em orçamento para este exercício, na dotação a ser informada posteriormente.

Atenciosamente,


Fernando Augusto de Araujo Jorge
Secretário Mun. Administração

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Administração



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação do serviço de **dedetização em geral** para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Boca da Mata, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE 01 – DEDETIZAÇÃO EM GERAL			
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO(S) SERVIÇO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1.1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização em geral (desinsetização, desratização, descupinização, controle de morcegos e pombos)	M ²	180.000

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação servirá para a contratação dos serviços acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas por esta Administração, no intuito de atender as normais vigentes.

3. DOS SERVIÇOS

3.1. Serviços de dedetização e desinsetização

3.1.1. Eliminar e prevenir a proliferação de baratas, formigas, mosquitos e outros insetos, aracnídeos, entre outros;

3.1.2. Para a execução dos serviços de expurgo, o produto químico a ser utilizado deverá ser de boa qualidade e autorizado de acordo com as normas reguladoras.

3.1.3. A quantidade e distribuição do produto químico serão estabelecidas pela empresa.

3.1.4. Os técnicos da contratada deverão lacrar todas as portas, janelas, tomadas, luminárias, saída de ventilação e splits das salas, um dia antes da aplicação do produto.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Administração



3.1.5. Aplicar o produto químico inseticida em todas as divisões dos armários em quantidade exata para que o resultado final do serviço seja satisfatório;

3.1.6. Abrir todos os sacos e armários contidos no local de realização deste serviço, para que seja executada a operação;

3.1.7. Fazer o isolamento das dependências das salas que forem realizados os serviços, de forma a não haver nenhum comprometimento à saúde dos servidores que por ali transitam;

3.1.8. Realizar o serviço de colocação do inseticida de acordo com o dia e a hora a critério da Administração;

3.2. Serviços de desratização

4.2.1. Eliminar e prevenir a proliferação de ratos;

4.2.2. Estas aplicações deverão ser efetuadas em todas as áreas da sede e Unidades Locais da Prefeitura Municipal de Boca da Mata, onde denuncie a presença dos roedores incluindo todas as áreas internas e externas;

4.2.3. Deverão ser utilizadas iscas peletizadas e parafinadas de pronto uso e pó de contato para combate aos ratos;

4.2.4. O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mau cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações.

3.3. Serviços de descupinização

4.3.1. Deverá ser analisada a espécie, a proveniência e o grau de infestação, para que possa ser aplicado o tratamento ideal. Sempre realizando tratamentos curativos e tratamentos preventivos dependendo da necessidade que se apresentar.

4.3.2. No controle deverá ser realizado o tratamento de mobiliários e peças de madeira que apresentem ataques visíveis de cupins, bem como tratamento preventivo em locais que apresentem a possibilidade de infestação em consequência de revoadas. O controle deverá ser realizado pelo sistema convencional, através de pulverização, pincelamento ou injeção de produto cupinicida devidamente registrado no órgão competente.

4.3.3. Os locais com infestação de cupins subterrâneos deverão ser tratados com o Sistema de Eliminação de Colônias de Cupim.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Administração



3.4. Serviços de controle de morcegos e pombos e de limpeza do forro com aspiração de resíduos

4.4.1. Deverão ser instalados barreiras físicas ou materiais nos pontos das edificações a fim de evitar o pouso e nidificação de morcegos e pombos nesses locais, fazendo com que essas migrem para outras áreas. Juntamente com a passarineira deverá ser utilizado espuma, gel ou outro meio mais eficaz que visa impedir o acesso de morcegos e pombos através de orifícios existentes nas estruturas prediais;

4.4.2. A Contratada deverá limpar e preparar os locais de aplicação do produto (raspagem das fezes, retirada de ninhos e filhotes e desinfecção contra piolhos);

4.4.3. A Contratada deverá aplicar os produtos em locais nos quais estejam caracterizados a presença dos pombos e morcegos;

4.4.4. Em caso de migração para outras áreas, a Contratada deverá repetir o procedimento anterior.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A Contratada obriga-se a:

4.1.1. executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

4.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 01 (uma) hora, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

4.1.3. fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

4.1.4. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Contratante ou a terceiros;

4.1.5. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

4.1.6. apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Administração



4.1.7. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

4.1.8. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

4.1.9. relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

4.1.10. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.1.11. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

4.1.13. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.1.14. Fornecer toda mão-de-obra especializada devidamente identificada através de identificação funcional. A contratada fica responsável por assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários e securitários.

4.1.15. Os serviços deverão ser executados de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia na execução, sob sua inteira responsabilidade, observadas as diretrizes emanadas da contratante, no que se refere a horários e acesso às áreas em que serão efetivados.

4.1.16. Fornecer todos os equipamentos operacionais necessários para a execução dos serviços, tais como: pulverizador, tanque de misturas, lanças injetoras, bico, etc.

4.1.17. Conduzir os serviços de acordo com as normas e com a restrita observação da legislação vigente;

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Administração



5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. A Contratante obriga-se a:

- 5.1.1.** proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- 5.1.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.1.3.** exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.4.** notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 5.1.5.** pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- 5.1.6.** zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.1.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

6.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Administração



6.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

7.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

7.1.2. Apresentar documentação falsa;

7.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

7.1.4. Cometer fraude fiscal;

7.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

7.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Boca da Mata, pelo prazo de até dois anos;

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Administração



c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

7.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

7.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

7.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

7.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

7.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Administração



7.8. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

Boca da Mata/AL, 09 de setembro de 2016.

Fernando Augusto de Araujo Jorge
Secretário Municipal de Administração

EM BRANCO

09 e a empresa NETWORK COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.014.310/0001-77. DO OBJETO: aquisição de material de consumo de informática (para reposição). Os materiais serão destinados para a Secretaria Municipal de Educação do Município de São Miguel dos Campos, Escola Municipal Mario Soares Palmeira, Escola Municipal Dr. Iramilton Leite, Escola Municipal Visconde Sinimbu, Escola Municipal Rui Palmeira, Escola Municipal Professora Maria Rosa, Escola Municipal Professora Linaura Lima e Silva, Escola Professora Noêmia Bastos, Escola Municipal Valdemar Cavalcante, Escola Municipal Dionizia Apratto Tenório, Escola Municipal Maria Abigail, Escola Municipal Luzinete e Lindalva Jatobá, Escola Municipal José Nogueira Mendes, Escola Municipal Des. Jose Fernando Lima Souza, Escola Municipal Imaculada Conceição, Escola Municipal Professora Ineide Nogueira Rocha, Colégio Esther Soares Torres, Creche Municipal Dona Maria, Creche Municipal Josefã Benedita, Creche Municipal Professora Maria Neide Gouveia e Casa dos Conselhos.

DO VALOR: R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais)

DO PRAZO: 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura.

DA DATA: 17 de março de 2016.

DOS SIGNATÁRIOS: George Clemente Vieira/ Maria do Amparo Carvalho de Farias/Jocelin Santa Rita Neto

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS –AL. HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, no uso de suas atribuições regulamentares e considerando o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pela Portaria nº 03/2016 de 20.01.2016 RESOLVE HOMOLOGAR o procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial nº 07/2016, Sistema de Registro de Preço nº 07/2016 classificando vencedora do certame seletivo a Empresa ANAILTON RAIMUNDO DOS SANTOS JÚNIOR MINIMERCADO - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.258.293/0001-28 no valor global R\$ 742.500,00 (setecentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais) objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de farinha de trigo destinado ao COMPLEXO NUTRICIONAL do município de São Miguel dos Campos AL. São Miguel dos Campos-AL, 14 de março de 2016. George Clemente Vieira – Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2.001.160304/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016. DAS PARTES: Município de São Miguel dos Campos inscrito no CNPJ sob nº. 12.264.222/0001-09 e a empresa ANAILTON RAIMUNDO DOS SANTOS JÚNIOR MINIMERCADO - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.258.293/0001-28. DO OBJETO: contratação de empresa especializada no fornecimento de farinha de trigo destinado ao COMPLEXO NUTRICIONAL do município de São Miguel dos Campos AL.

DO VALOR: R\$ 742.500,00 (setecentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais)

DO PRAZO: 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura. DA DATA: 15 de março de 2016. DOS SIGNATÁRIOS: George Clemente Vieira/ Anailton Raimundo dos Santos Júnior

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

SEGUNDO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 2.001140711/2014

DAS PARTES: O Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL inscrito no CNPJ sob nº. 12.264.222/0001-09 e a Empresa J P CALDERARIA - LTDA ME., inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.214.171/0001/28. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O prazo de execução contratual, por força deste instrumento, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, e a vigência contratual por mais 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos contados a partir do término do prazo e vigência estipulados no contrato original e seu Primeiro Termo Aditivo. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO - Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente Termo. DA DATA: 17 de novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: George Clemente Vieira/ José Petrucio Leopoldino Gomes

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

SEGUNDO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 2.001140714/2014

DAS PARTES: O Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL inscrito no CNPJ sob nº. 12.264.222/0001-09 e a Empresa J P CALDERARIA - LTDA ME., inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.214.171/0001/28. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O prazo de execução contratual, por força deste instrumento, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, e a vigência contratual por mais 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos contados a partir do término do prazo e vigência estipulados no contrato original e seu Primeiro Termo Aditivo. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO - Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente Termo. DA DATA: 17 de dezembro de 2015. SIGNATÁRIOS: George Clemente Vieira/ José Petrucio Leopoldino Gomes

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
SEGUNDO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 2.001150112/2015
DAS PARTES: O Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL inscrito no CNPJ sob nº. 12.264.222/0001-09 e a Empresa M. A. PIRES FERREIRA ENGENHARIA - EPP inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.533.362/0001-50. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O prazo de execução contratual, por força deste instrumento, fica prorrogado por mais 09 (nove) meses, e a vigência contratual por mais 12 (doze) meses consecutivos contados a partir do término do prazo e vigência estipulados no contrato original e seu Primeiro Termo Aditivo. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO - Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente Termo. DA DATA: 07 de dezembro de 2015. SIGNATÁRIOS: George Clemente Vieira/ Marcos André Pires Ferreira

Prefeitura de Traipu

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 – SRP

A Prefeitura Municipal de Traipu/AL comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 07/2016 - SRP.

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gestão de documental técnica e administrativa, mapeamento de gestão de documentos, mapeamento de processos, elaboração da política gestão documental em meio físico, digital, eletrônico e implantação das regras para gestão de documentos, solução corporativa para indexação, pesquisa de conteúdo digital, gestão de processos, fluxo eletrônico de documentos e processos na modalidade de locação com período de manutenção e suporte técnico.

DATA DA ABERTURA: 01 de Abril de 2016 às 10:00 (dez) horas na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua do Comercio, S/N - Centro - Traipu - AL.

EDITAL: Disponível no endereço acima citado, na sala de licitações, Telefone: (82) 3536-1144, das 08:00 às 13:00 horas
Traipu/AL, 18 de Março de 2016.

Neilson Santos Dantas
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Ata de Registro de Preços nº 24/2015 - Processo nº 001625/2015 - Pregão Presencial 15/2015 - SRP, Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993 - Empresa Registrada: M ANDREIA DAS CHAGAS - ME, CNPJ nº 20.437.130/0001-01 - Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de urnas funerárias e serviços fúnebres.

Valor Global: R\$ 233.500,00 (duzentos e trinta e três mil e quinhentos reais).
Vigência: 12 (doze) Meses.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Ata de Registro de Preços nº 25/2015 - Processo nº 001622/2015 - Pregão Presencial 16/2015 - SRP, Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993 - Empresa Registrada: A3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, CNPJ nº 08.608.098/0001-76 - Objeto: Formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de mudas de plantas, insumos e materiais para ornamentação das áreas verdes do município de Traipu/AL.

Valor Global: R\$ 2.192.180,00 (dois milhões cento e noventa e dois mil cento e oitenta reais).

Vigência: 12 (doze) Meses.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Ata de Registro de Preços nº 26/2015 - Processo nº 001623/2015 - Pregão Presencial 17/2015 - SRP, Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993 - Empresa Registrada: ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME, CNPJ nº 19.122.306/0001-49 - Objeto: Formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retiradas de insetos mortos, com fornecimentos de equipamentos e materiais para execução dos serviços, a serem realizados no município de Traipu/AL.

Valor por metro quadrado: R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos).

Vigência: 12 (doze) Meses.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Ata de Registro de Preços nº 19/2015 - Processo nº 001714/2015 - Pregão Presencial 19/2015 - SRP, Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993 - Empresa Registrada: VS DA SILVA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.592.508/0001-80 - Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção.

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Departamento de Compras



MAPA DE PREÇOS						
Nº	FORNECEDORES	CNPJ/CPF	TELEFONE	CONTATO	VALIDADE DA	OBSERVAÇÕES
1	SHALON COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME	02.635.529/0001-07	82 99925-7682	JEFERSON	60 DIAS	
2	SANTOS E DANTAS LTDA ME	16.367.222/0001-87	98815-2006	NEILSON	60 DIAS	
3	P F SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO LTDA ME	20.009.876/0001-06	3032-7805		60 DIAS	

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	QUANT	UNID	SHALON R\$ UNIT	SANTOS R\$ UNIT	P F R\$ UNIT	Preço Médio	
							Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização em geral (desinsetização, desratização, descupinização, controle de morcegos e pombos)	180.000	UNID	3,00	2,45	2,90	2,78	500.400,00
								R\$ 500.400,00


Rogério Barrós

Responsável Setor de Compras

Boca da Mata/AL, 06 de setembro de 2016



EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Departamento de Compras



COTAÇÃO DE PREÇOS

1 - DADOS DA EMPRESA

Razão social: <i>SANTOS E DANTAS LTDA - ME</i>	CNPJ: <i>16.367-222/0001-87</i>
Endereço completo: <i>RUA D, Nº 165-B, Conj. José Maria de Melo, Tabuleiro do Martins Maceió</i>	
E-mail: <i>santosedantaslt-da@hotmail.com.br</i>	Fone/fax: <i>3334-2013</i>
Responsável: <i>Nelson</i>	Celular: <i>988152006</i>

2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOTE 01 - DEDETIZAÇÃO				
ITENS	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	PREÇO UNIT. (R\$)
1.1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização em geral (desinsetização, desratização, descupinização, controle de morcegos e pombos)	M ²	180.000	R\$ <u>2,45</u>

3 - CONDIÇÕES

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias	Forma de pagamento: Até 30 (trinta) dias
--	--

Local e data:

Nelson, 04/09/2016

Assinatura do responsável:

Nelson

Carimbo CNPJ

CNPJ 16.367.222/0001-87
SANTOS E DANTAS LTDA - ME
Rua D, 165 B
Conjunto José Maria de Melo
Tabuleiro do Martins - CEP 57081-356
Maceió - AL

EM B... 20





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Departamento de Compras



COTAÇÃO DE PREÇOS

1 - DADOS DA EMPRESA

Razão social: <i>P.F. Serviços de Dedetização Ltda - me</i>	CNPJ: <i>20.009.876/0001-06</i>
Endereço completo: <i>Av. Industrial José Elpidio Gondim</i>	
E-mail: <i>ppservicosdede@ Gmail.com</i>	Fone/fax: <i>3032-7805</i>
Responsável: <i>Flavin</i>	Celular:

2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOTE 01 - DEDETIZAÇÃO				
ITENS	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	PREÇO UNIT. (R\$)
1.1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização em geral (desinsetização, desratização, descupinização, controle de morcegos e pombos)	M ²	180.000	R\$ <u>2,90</u>

3 - CONDIÇÕES

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias	Forma de pagamento: Até 30 (trinta) dias
--	--

Local e data:

Capela, 26/08/2016

Assinatura do responsável:

[Handwritten signature]

Carimbo CNPJ



EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Departamento de Compras



COTAÇÃO DE PREÇOS

1 - DADOS DA EMPRESA

Razão social:	CNPJ:
SHALON COM. REP. E SERVIÇOS	02.635.529/0001-07
Endereço completo:	
RUA JOÃO JOSÉ PEREIRA FILHO Nº 200 TAB MARTINS	
E-mail:	Fone/fax:
SHALONMATERIALIMPECA@HOTMAIL	(082) 3374-0430
Responsável:	Celular:
JERERSON	99925-7682

2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOTE 01 - DEDETIZAÇÃO				
ITENS	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	PREÇO UNIT. (R\$)
1.1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização em geral (desinsetização, desratização, descupinização, controle de morcegos e pombos)	M ²	180.000	R\$ 3,00

3 - CONDIÇÕES

Validade da proposta:	Forma de pagamento:
60 (sessenta) dias	Até 30 (trinta) dias

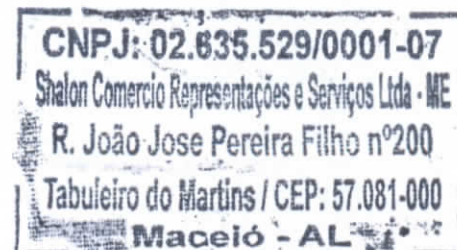
Local e data:

Maceió/AL, 02/09/2016

Assinatura do responsável:

JERERSON

Carimbo CNPJ



EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Gabinete do Prefeito



Ofício Nº 163/2016 GP

Boca da Mata/AL, em 13 de Setembro de 2016.

À Empresa

ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX ME
(CNPJ nº 19.122.306/0001-49)

Rua A 44, Quadra A 46, nº 54, Conjunto Benedito Bentes 1, Tabuleiro dos Martins, CEP 57.084-44, Maceió/AL

Assunto: **Adesão a Registro de Preços**

Prezados senhores,

Por meio do presente, manifestamos o interesse deste município em aderir a Ata de Registro de Preços nº 26/2015 celebrada entre esta empresa e a Prefeitura Municipal de Traipu/AL, decorrente do **Pregão Presencial nº 17/2015**, que tem como objeto **o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retiradas de insetos mortos, com fornecimentos de equipamentos e materiais para execução dos serviços**, visando a contratação de itens registrados na referida ata.

Para tanto, solicitamos que essa renomada empresa, na qualidade de beneficiária do registro de preços, se posicione acerca do seu interesse pela nossa adesão, disponibilizando-nos, em caso positivo, cópia da ata de registro de preços acima mencionada, a fim de que seja verificada se tal medida afigura-se vantajosa para nossa administração para, assim, darmos prosseguimento à adesão ora pleiteada.

Atenciosamente,


Gustavo Dantas Feijó
Prefeito

Recebemos o presente em: 13/09/2016


Identificação e assinatura do receptor

EM BRANCO



Ofício: 30/2016

À
Prefeitura Municipal de Boca da Mata/AL.

TERMO DE ACEITE DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Conforme solicitação deste órgão, referente a autorização para adesão a ata de registro de preços de nº 026/2015, do pregão presencial de nº 17/2015 que trata da formalização de ata de registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços, venho com imensa satisfação autorizar a adesão, ficando mantido as condições previstas no instrumento convocatório. Informamos que temos interesse, matemos os mesmos preços e autorizamos a adesão.

Atenciosamente,

Maceió/AL, 13 de Setembro de 2016.

Anderson Fabricio Cavalcante Felix
ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX – ME

Anderson Fabricio Cavalcante Felix

CPF nº 008.794.244-51

RG nº 1933016 SSP/AL

TOP PRAGAS SAÚDE AMBIENTAL

RUA A 44 QUADRA A 46, 54 – BENEDITO BENTES 1 TABULEIRO – MACEIÓ/AL

57084-044 FONE: (82) 3344-4187 (82) 8837-0836 (82) 9176-5790 (82) 9827-6075 (82) 8156-4486

CNPJ: 19.122.306/0001-49 Site: www.top-pragas.com E-mail: toppragasmaceio@gmail.com

EM BRANCO



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Governo do Estado de Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE

Junta Comercial do Estado de Alagoas



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Via Única

Documento Emitido pela Junta Comercial do Estado de Alagoas

Dados da Empresa

Nome Empresarial

ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX ME

NIRE

800489490

Último Arquivamento

Numero

20141005149

Data

17/09/2014

Numero Protocolo



141005149

Local, Data

Maceió quarta-feira, 17 de setembro de 2014

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO

Secretário(a) Geral

Dados da Certidão

Data de Expedição

17/09/2014

Hora de Expedição

16:36:46

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio.

Para mais informações, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Chancela, e informe o número do protocolo.

EM BRANCO



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado de Alagoas - JUCEAL



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27800489490		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL Casado	
SEXO Masculino	REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Parcial.		
FILHO DE (pai) JOSÉ FELIX	(mãe) ELIENE DA SILVA CAVALCANTE FELIX		
NASCIDO EM (data de nascimento) 06/09/1984	IDENTIDADE (número) 1933016	Órgão emissor SSP	UF AL
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX		CPF (número) 00879424451	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA A-44 (CJ BENEDITO BENTES I)			NÚMERO 54
COMPLEMENTO QUADRA A 46	BAIRRO/DISTRITO BENEDITO BENTES	CEP 57084-044	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000109 - Maceió
MUNICÍPIO Maceió		UF AL	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS:			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 022	
DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL			
NOME EMPRESARIAL ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc) A-44 (CJ BENEDITO BENTES I)			NÚMERO 54
COMPLEMENTO QUADRA A 46	BAIRRO/DISTRITO BENEDITO BENTES	CEP 57084-044	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000109 - Maceió
MUNICÍPIO Maceió	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) benildosilva@ig.com.br
VALOR DO CAPITAL - R\$ 30.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) trinta mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária XXX	Descrição do Objeto Serviços de imunização, dedetização e controle de pragas urbanas - Dedetizador		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 23/10/2013	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 19122306000149	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR XXX	UF AL
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 3 - NÃO			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX ME			
DATA ASSINATURA 04/09/2014	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO Anderson Fabricio Cavalcante Felix		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
José Correia Torres		AL114000090525	



* Este documento foi gerado no portal Facilita Alagoas

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio. Seu acesso rápido e Autenticidade de Chancela, e informe o número do protocolo. Site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido



Junta Comercial do Estado de Alagoas
Certifico o Registro em 17/09/2014 Sob N° 20141005149
Protocolo : 141005149 de 09/09/2014 NIRE: 27800489490
ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX ME
Chancela : 3E58BE525B1E6805190F0BAAD56E4B5A9A044DE9
Maceió, 17/09/2014

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral

EM BRANCO



Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 22/00-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio. Se impresso, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido >>> Autenticidade de Chancela, e informe o número do protocolo.



FIRMA(S) RETRO

1.OF. DE NOTAS E PROTESTOS
R. Dr. Luiz P. de Miranda, 42
Centro - Maceio - Alagoas
Rec p/ Semelhanca 1 firma(s):
ANDERSON FABRICIO
CAVALCANTE FELIX
MACEIO, 05 de setembro de 2014.
Em Testemunho da verdade:
[Handwritten Signature]
CELSO S. PONTES DE MIRANDA
- Tabeliao Vitalicio -
MARIANA P. DE M. L. DE FARIAS
- Escrevente Substituta
EDILMA RAMALHO
- Escrevente Autorizada -
Carimbo:1862092 OP: Carlos
Total:R\$ 3,00

EM PRÉCIO



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 19.122.306/0001-49 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/10/2013
NOME EMPRESARIAL ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TOP PRAGAS		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - EMPRESARIO (INDIVIDUAL)		
LOGRADOURO R A-44 (CJ BENEDITO BENTES I)	NÚMERO 54	COMPLEMENTO QUADRA A 46
CEP 57.084-044	BAIRRO/DISTRITO BENEDITO BENTES	MUNICÍPIO MACEIO
	UF AL	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/10/2013
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 17/09/2014 às 12:49:00 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU

ATA DE REGISTRO Nº 26/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015
PROCESSO Nº 001623/2015

PMT
FL. Nº 263



Ata de Registro de Preços nº 26/2015. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços, a serem realizados nos prédios públicos do município de Traipu/AL.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Janeiro do ano de 2016, o **MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL**, com Sede Administrativa na Praça Conego Ribeiro, 60 – Centro – Traipu/AL, inscrito no CNPJ sob nº 12.207.452/0001-28, neste ato representado pela Sra. Prefeita do Município, **Maria da Conceição Teixeira Tavares**, inscrito no CPF sob nº 411.752.554-91, residente e domiciliado nesta Cidade, em sequência denominada simplesmente **Órgão Gerenciador** e a pessoa jurídica **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.122.306/0001-49, com sede na Rua a 44, Quadra a 46, Nº 54, Conjunto Benedito Bentes 1, Bairro Tabuleiro dos Martins, CEP: 57.084-44, Cidade Maceió/AL, representada pelo seu sócio sr. Anderson Fabricio Cavalcante Felix, portador do CPF nº 008.794.244-51 e RG nº 1933016 SSP/AL, residente e domiciliado em Maceió/AL, e, daqui por diante, denominada simplesmente **Prestadora de Serviço Registrada**, resolvem, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, bem como pela Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, firmar a presente **Ata de Registro de Preços**, cuja minuta foi examinada pela Procuradoria Municipal, que emitiu seu parecer, conforme determina o Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. Do objeto:

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços, a serem realizados nos prédios públicos do município de Traipu/AL, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 17/2015, conforme abaixo:

Descrição dos itens:

Lote Único.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	V. Unit.	V. Total
01	Serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos.	M ²	200.000	1,45	290.000,00

1.1.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano a contar de sua assinatura.

1.2. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de ordem de fornecimento ou nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovação de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão nº 17/2015.

1.3. O prazo para prestação dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Serviços.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



1.4. O pagamento do objeto licitado será efetuado pela Prefeitura Municipal de Traipu/AL, através da Secretaria de Finanças, em moeda corrente nacional, por meio de Ordem Bancária, devendo ocorrer até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada e desde que mantida situação habilitatória regular.

1.5. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.6. Os objetos/serviços prestados serão executados provisoriamente; o recebimento definitivo será feito após a verificação das especificações, qualidade e quantidade, ou conseqüentemente aceitação, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento provisório, ou imediatamente quando for o caso. No caso de adulteração, deverá nessas circunstâncias e prazo serem substituídas, sem prejuízo do eventual cancelamento da Ata e demais sanções aplicáveis.

1.7. As despesas decorrentes para prestação dos serviços correrão à conta das Unidades Orçamentária, a seguir discriminadas:

Órgão: 02.00 – Gabinete da Prefeita - GAPRE.

Unidade: 0201 – Gabinete da Prefeita - GAPRE.

Funcional Programática: 02.01.04.122.0011.2056– Manutenção das Ações do Gabinete da Prefeita – GAPRE.

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Administração - SECAD.

Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração - SECAD.

Funcional Programática: 04.01.04.122.0011.2060– Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN.

Unidade: 0501 – Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN.

Funcional Programática: 05.01.04.123.0011.2059– Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN.

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Unidade: 06.01 – Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Funcional Programática: 06.01.12.122.0006.2013– Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Educação.

Funcional Programática: 06.02.12.122.0006.2018– Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

Unidade: 07.01 – Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

Funcional Programática: 07.01.10.122.0010.6016– Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

Unidade: 08.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

Funcional Programática: 08.01.08.122.0007.6001 – Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

Funcional Programática: 08.01.08.122.0007.6006 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social.

Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



PMT
FL. Nº 265

- 1.8. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contrato com o Prestador Registrado, podendo, inclusive, firmar para um ou mais itens registrados, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 1.9. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o prestador às sanções, previstas no subitem 19 do Edital de Pregão Presencial nº 17/2015, que desta Ata faz parte integrante.
- 1.10. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 1.11. A Prestadora de Serviços Registrada deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 17/2015.
- 1.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o Edital de Pregão nº 17/2015 e a proposta da Prestadora de Serviços Registrada naquilo que não contrariar as presentes disposições.
- 1.13. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Traipu/AL, esgotadas as vias administrativas.
- 1.14. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pela Senhora **Maria da Conceição Teixeira Tavares**, Prefeita Municipal de Traipu/AL e pelo Sr. **Anderson Fabricio Cavalcante Felix**, qualificado preambularmente, representando a Fornecedor Registrada e testemunhas.

Traipu/AL, 22 de Janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU
Maria da Conceição Teixeira Tavares
Prefeita
ÓRGÃO GERENCIADOR

Anderson Fabricio Cavalcante Felix
ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME
Anderson Fabricio Cavalcante Felix
EMPRESA REGISTRADA

Testemunhas
NOME Ramon Souza Nascimento
NOME Tanrerson Machado Jurez

CPF: 048.049.674-94
CPF: 059.577.184-08

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Gabinete do Prefeito



PROCESSO Nº 909-024/2016

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Assunto: SOLICITA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO EM GERAL

DESPACHO

Em atendimento à solicitação contida na inicial, consultamos a empresa com preço registrado para prestação de serviços de dedetização na Prefeitura Municipal de Traipu/AL, a qual se posicionou positivamente à nossa adesão.

Outrossim, para dar prosseguimento à pretendida adesão, DETERMINO que se proceda a análise da Ata de Registro de Preços constante nos autos, a fim de se identificar se os itens e quantitativos necessários ao atendimento da demanda existente no município se encontram presentes na mesma, bem como que seja verificada se tal medida afigura-se vantajosa para esta municipalidade.

Remetam-se os autos à Secretaria Municipal de Administração para o cumprimento das determinações contidas no presente despacho.

Boca da Mata/AL, 14 de setembro de 2016.


Gustavo Dantas Feijó
Prefeito

EM BRANCO

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Administração



Processo nº 909-024/2016
Despacho Informativo

Boca da Mata/AL, em 14 de setembro de 2016

Exmo. Senhor Prefeito,

Cumprindo determinação de Vossa Excelência, procedemos a análise da **Ata de Registro de Preços nº 26/2015 do Pregão Presencial nº 17/2015 pertencente ao Município de Traipu** e identificamos os itens e respectivas quantidades capazes de suprir, até 31 de dezembro de 2016, a necessidade existente em nosso município.

Outrossim, confrontamos os preços registrados na referida ata com aqueles resultantes da pesquisa de mercado constante nos autos e constatamos que o valor consignado no Registro de Preços em análise se revela vantajoso, pois se encontra abaixo de todas as cotações de preços obtidas, conforme demonstrativo anexo.

Dessa forma, uma vez cumpridas as vossas determinações, retornamos o presente processo para o prosseguimento do pleito.

Atenciosamente,

Fernando Augusto de Araujo Jorge
Secretário Mun. Administração

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Administração



ANEXO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	ESTIMATIVA DE PREÇO UNIT. (R\$)	ESTIMATIVA DE PREÇO TOTAL (R\$)	PREÇO REGISTRADO UNIT. (R\$)	PREÇO REGISTRADO TOTAL (R\$)
1	Serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos.	180.000	M ²	2,45	441.000,00	1,45	261.000,00
VALOR TOTAL: R\$					441.000,00		261.000,00

Boca da Mata/AL, em 14 de Setembro de 2016.


Rodolfo Barros
Responsável pela Sec. de Compras

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Gabinete do Prefeito



Ofício Nº 164/2016 GP

Boca da Mata/AL, em 15 de Setembro de 2016

À Sua Excelência a Senhora
Maria da Conceição Teixeira Tavares
Prefeita de Traipu/AL
Prefeitura Municipal de Traipu/AL
Pç. Com. Ribeiro, nº 60, Traipu - AL

Assunto: **Adesão a Ata de Registro de Preços**

Exmo. Senhor,

Por meio do presente, manifestamos o interesse do MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA/AL em aderir à **Ata de Registro de Preços nº 26/2015 do Pregão Presencial nº 17/2015 deste órgão**, que tem como objeto o **registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retiradas de insetos mortos, com fornecimentos de equipamentos e materiais para execução dos serviços**, visando a contratação de itens registrados na referida ata

Por oportuno, com o intuito de agilizar a adesão pretendida, consultamos a respectiva empresa beneficiária acerca do interesse pela contratação decorrente de nossa adesão, a qual se posicionou positivamente, conforme documento cuja cópia segue anexada.

Pelo exposto, solicitamos que Vossa Excelência, na qualidade de responsável pela unidade administrativa gerenciadora do instrumento em tela, nos **AUTORIZE** a proceder a adesão pleiteada, conforme descrição e quantitativos constantes em anexo, em razão de que tal medida afigura-se vantajosa para nossa administração.

Outrossim, objetivando dar prosseguimento à nossa adesão, solicitamos ainda que nos disponibilize cópia da documentação abaixo relacionada

1) Cópia do Processo Administrativo nº 001623/2015 que deu origem ao procedimento licitatório Pregão Presencial nº 17/2015.

Atenciosamente,


Gustavo Dantas Feijó
Prefeito

Recebemos o presente em: ___/___/_____

Identificação e assinatura do recebedor

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



GABINETE DA PREFEITA

Ofício nº 240/2016-GAPRE

Traipu/AL, 19 de Setembro de 2016.

Ao Excelentíssimo.

Gustavo Dantas Feijó

Prefeito do Município de Boca da Mata/AL.

Assunto: Liberação de ata de registro de preços referente ao pregão presencial Nº 17/2015 – que trata da formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços.

Senhor Prefeito,

Em resposta ao ofício de pedido de adesão de ata de registro de preços, informamos que autorizamos 100 % (cem por cento) da adesão a Ata de Registro de Preço nº 26/2015, referente ao Pregão Presencial nº 17/2015, cujo Objeto é a formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços, o qual foi firmado entre esta prefeitura municipal de Traipu/AL e a empresa **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.122.306/0001-49, com sede na Rua a 44, Quadra a 46, Nº 54, Conjunto Benedito Bentes 1, Bairro Tabuleiro dos Martins, CEP: 57.084-44, cidade de Maceió, estado de Alagoas.

Outrossim, objetivando dar prosseguimento a adesão, disponibilizamos copia da documentação, conforme segue abaixo:

✓ Cópia integral do procedimento licitatório pregão presencial nº 17/2015, que originalizou a ata de registro de preços nº 26/2015.

Desde já colocamo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos.


Maria da Conceição Teixeira Tavares
Prefeita do Município de Traipu

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU

PMT
FL. Nº



PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE ANIMAIS SINANTRÓPICOS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, COLOCAÇÃO DE ISCAS, DESALOJAMENTO DE PARDAIS, POMBOS E MORCEGOS, RETIRADA DE INSETOS MORTOS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL.

PROCESSO Nº 001623/2015

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



SETOR DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 001623/2015
Ofício nº 64/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

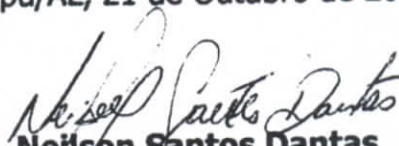
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL, Através de seu Pregoeiro, torna público e a todos os interessados que estará realizando na sala da Comissão Permanente de Licitação situada na Praça Conego Ribeiro, nº 60, Centro, Traipu/AL, o Certame Licitatório na modalidade Pregão Presencial sob o Nº 17/2015 – Registro de Preço.

OBJETO: Formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços, a serem realizados nos prédios públicos do município de Traipu/AL. Nas quantidades e especificações aduzidas no Anexo I deste edital.

ABERTURA: Dia 05 de Novembro de 2015 às 12:00 horas

Traipu/AL, 21 de Outubro de 2015.


Neilson Santos Dantas
Pregoeiro

*Publicado no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal de Traipu/AL, em 21 de outubro de 2015.

EM BRANCO



Parágrafo 1º. Os Secretários Municipais são responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Parágrafo 2º. Ficam assegurados os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes de vinculação constitucional e legal, bem como as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e ainda as despesas incomprimíveis e inadiváveis, como as decorrentes de contratos de terceirização de serviços públicos essenciais e folha de pagamento de seus servidores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e suas medidas terão vigência até 31 de dezembro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Santana do Ipanema, Alagoas, 19 de outubro de 2015.

JOSÉ MARIO DA SILVA

Prefeito

O presente Decreto foi registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado através de fixação de editais no mural do prédio da Prefeitura e nos lugares públicos, como de costume, em virtude da inexistência de imprensa no Município, em 19 de outubro de 2015.

JOSÉ ENALDO RAMOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Prefeitura de Traipu

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 (SRP) – Data/Hora 05/11/2015 às 10:00hs –
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de mudas de plantas, insumos e materiais para ornamentação das áreas verdes do município.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 (SRP) – Data/Hora 05/11/2015 às 12:00hs –

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinação. Informações e os Editais na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Praça Conego Ribeiro, n.º 60 - Centro, Traipu/AL.
Traipu, 21 de outubro de 2015.

Neilson Santos Dantas
Pregoeiro

EDITAIS E AVISOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SUL DO ESTADO DE ALAGOAS – CONIUL

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – Processo nº 29/2015 – Dispensa de licitação, feita com base no artigo 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução tecnológica integrada de automação e digitalização dos fluxos de processos administrativos por meio aplicativo de assinatura digital padrão ICP-Brasil, com customização e parametrização necessária, implantação assistida, treinamento, manutenção e suporte técnico, pelo valor total de R\$ 22.500,00, sendo a contratada Master Case Digital Business LTDA – CNPJ: 03.837.183/0001-92. Penedo 21 de outubro de 2015. Marcius Beltrão Siqueira, Presidente do CONISUL.

A D PASCOAL ENGENHARIA LTDA, CNPJ 13.797.473/0001-03, com atividade no ramo da construção civil, torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente, a prorrogação da LAS 021/2013, para construção de 328 Unidades Habitacionais no Município de Paripueira- AL, no Residencial Vivendas do Atlântico.

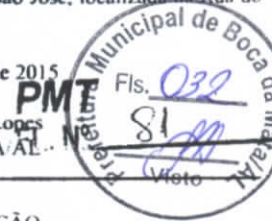
CANCELAMENTO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O EIA-RIMA DO EMPREENDIMENTO CTR ARAPIRACA

O Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA, informa a comunidade em geral, em especial a Prefeitura do Município de Arapiraca, Ministério Público Federal - MPF, Ministério Público Estadual - MPE, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado e dos Municípios do Arapiraca, Associações, Sindicatos, Universidades e Organizações Não-Governamentais, que fica cancelado o Edital de Convocação da Audiência Pública, referente ao Estudo e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA do empreendimento "CTR ARAPIRACA" - a ser localizado na estrada vicinal contígua à AL-115, Arapiraca - AL, de responsabilidade da empresa URCD - ILHA Grande Comércio Serviços e

Construção S.A que realizar-se-ia às 09h00h (nove horas) do dia 23 de outubro de 2015, na sede da Associação Comunitária da Vila São José, localizada na Rua do Comércio, s/no, Vila São José, Arapiraca - AL.

Maceió/AL, 20 de outubro de 2015

Gustavo da Ressurreição Lopes
Diretor-Presidente do IMA/AL



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS
DO ESTADO DE ALAGOAS - SINDFAL.

Ref.: ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - ASSEMBLEIA DE DISCURSÃO FILIAÇÃO/DESFILIAÇÃO DA FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS FARMACÊUTICOS - FEIFAR.

O Coordenador Geral da Diretoria Colegiada presidente do sindicato dos farmacêuticos do estado de alagoas - SINDFAL., no uso de suas atribuições estatutárias, vem convocar todos os sindicalizados integrantes da categoria para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA que irá ser realizada no dia 30 de outubro de 2015, no auditório de sua sede, no endereço Rua Oldemburo da Silva Paranhos, 290 Farol Maceió/AL CEP: 57055-320, a instalar-se em primeira convocação às 18:00 horas e, em segunda convocação às 18:30 horas, tendo a seguinte ordem do dia:
FILIAÇÃO/DESFILIAÇÃO DA FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS FARMACÊUTICOS - FEIFAR.

Maceió - AL, 19 de outubro de 2015.

Coordenador Geral da Diretoria Colegiada

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA GRANDE EXTRATO DO CONTRATO Nº. 40/2015

CONTRATANTE: SMS de Feira Grande/AL; CONTRATADA: IBN PINTO E SILVA & CIA LTDA. - CNPJ: 01.242.690/0001-58. OBJETO: Aquisição de COMBUSTÍVEIS. VALOR: O valor Global do presente Contrato é de R\$ 453.342,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil trezentos e quarenta e dois reais). FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, Inciso V da Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, (Dispensa de Licitação) e Lei Nº 10.520/2002. Feira Grande, 20 de outubro de 2015. Ana Maria Mello Porto - Secretária Municipal de Saúde

MADSON COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME, localizado na Rua Prof. Jose da S. Camerino, 950, Maceió AL, inscrito no CNPJ: 02.448.145/0001-85, com atividade Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente a Regularização da Licença de Operação.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE ALAGOAS

PORTARIA COREN-AL Nº 069 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas - COREN-AL, juntamente com a Primeira Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas na Decisão COREN-AL Nº 025/2012, que aprova o regimento interno da Autarquia, considerando a Decisão COREN/AL 04 2010, homologada pela Decisão COFEN 17/2010, decide: Art. 1º. Nomear para realizar todos os procedimentos necessários para realização de pregão eletrônico junto ao site do COMPRAS NET, respectivamente: Autoridade Competente: ZANDRA MARIA CARDOSO CANDIOTTI - brasileira, alagoana, casada, enfermeira, portadora do CPF Nº 087.511.454-72, residente e domiciliada na Alameda Basileu de Meira Barbosa, 133, Pinheiro, Maceió-AL. Coordenador/Pregoeiro: CLAUDIO RICARDO DOS SANTOS, brasileiro, alagoano, casado, agente administrativo, matrícula nº 040, portador do CPF Nº 041618964-41, residente e domiciliado na Av. Menino Marcelo Resid. Mata Atlantica nº 5935, Antares, Maceió-AL. Apoio: ARTHUR MAIA PAIVA JUNIOR - brasileiro, alagoano, casado, agente administrativo, matrícula nº 039, portador do CPF Nº. 049.415.174-90, residente e domiciliado na Rua Coronel Lima Rocha nº 846, Farol, Maceió-AL. Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. Maceió-AL, 15 de outubro de 2015.

Zandra Mª C. Candiotti
Presidente

Ana Claudia F. P.Coutinho
Secretária

EM BRANCO



PMT
Fl. N° 82



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: 3º TERMO ADITIVO DO TERMO DE CONTRATO Nº 021 / 2013 - PMJ oriundo da TOMADA DE PREÇO Nº 005/2013-TP/CML/PMJ - Entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ, inscrita no CNPJ, nº. 04.505.509/0001-47, e do outro lado, a firma E. M. CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.102653/0001-06, cujo objetivo prorrogar a prazo de vigência de acordo com o 2º Termo Aditivo datado de 22 de Outubro de 2014 com validade até 20 de Abril de 2015 pelo qual período a contar de 21 de Abril de 2015 com validade até 18 de outubro de 2015, cujo Objeto "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) QUADRA COBERTA NA SEDE DO MUNICÍPIO PARA ATENDER A DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-AM", em observância a Lei nº. 8.666/93 e no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do Termo de Contrato nº 021/2013 - PMJ, não modificadas pelo presente Aditivo, declarando-se, nesta oportunidade. DATA: 21 de Abril de 2015.

ESPÉCIE: 1º TERMO ADITIVO DO TERMO DE CONTRATO Nº 005/2014-PMJ oriundo da TOMADA DE PREÇO Nº 005/2014-TP/CML/PMJ. Entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ, inscrita no CNPJ, nº. 04.505.509/0001-47, e do outro lado, a firma MILLENNIUM EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.357.594/0001-06. O objeto do presente adiantamento tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do acordo primitivo datado e assinado em 19 de dezembro de 2014, com vigência até 17 de junho de 2015, pelo período de 15 de dezembro de 2015, contrato este que tem por objeto a "PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ", em observância a Lei nº 8.666-93 e no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do CONTRATO Nº 005/2014-PMJ, não modificadas pelo presente Aditivo, declarando-se, nesta oportunidade. Data: 18 de junho de 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2015

OBJETO: Construção de UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE no Município de Japurá de acordo com o Edital. DATA E HORARIO 06 de novembro de 2015, às 08h30min.
O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados, nesta Comissão, que funciona no prédio da Prefeitura Municipal de Japurá, localizada na sede à Av. Amâncio Barbosa, s/n - Centro, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e o valor da reprodução é de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais), o qual será recolhido aos cofres do Município.

Em 5 de outubro de 2015
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2015

A Comissão Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Jutai torna pública a abertura do Tomada de Preço nº 003/15 - CML/Jutai, no dia 11 de novembro de 2015, às 10h00min, objetivando a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de engenharia, visando à construção de 01 (uma) Praça Municipal, segundo os padrões fornecidos pelo Programa Calha Norte (PCN), de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico, de acordo com o edital e seus anexos disponíveis na sede da Prefeitura de Jutai, no período de 26/10/15 a 06/11/15, localizada na Rua Sete de Março, s/nº Centro no horário das 8h às 14h, de segunda-feira a sexta-feira, podendo ser retirado mediante o pagamento da taxa de R\$ 100,00 (cem reais).

Jutai-AM, 21 de outubro de 2015
ANDERSON DOS SANTOS BRAGA
Presidente da Comissão

JASON JOSÉ GOMES PROTÁSIO
Secretário de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAÃ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PP Nº 5/2015 - CMI.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAÃ através da Comissão Municipal de Licitação torna público o Pregão Presencial nº 005/2015-CML. Objeto: Contratação, pelo menor preço global, de empresa especializada em organização e realização de evento (treinamento, capacitação, apoio técnico e logístico) de interesse da Secretária Municipal de Educação do Município de Maraã. Data da Abertura 28/10/2015, às 14h:00min. Os Editais e seus respectivos anexos, quando for o caso podem ser examinados e adquiridos na Av. Castelo Branco, nº 110, Centro, Maraã/AM na Comissão Municipal de Licitação - CML das 08:00 horas às 13:00h, mediante o pagamento do edital R\$ 50,00(Cinquenta reais) acrescido da taxa de expediente R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal) no setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Maraã.

(doze) meses LOTE 4: OB DISTRIBUIDORA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.064.073/0001-26; Valor: R\$ 1.489.955,25 (um milhão quatrocentos e oitenta e nove mil novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos.); Vigência da ARP: 12 (doze) meses LOTE 5: SÃO JORGE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.999.225/0001-80; Valor: R\$ 705.800,00 (setecentos e cinco mil reais.); Vigência da ARP: 12 (doze) meses.

RESULTADOS DE LICITAÇÃO

Processo: 1500.01.13.04/2015. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 01/2015. Objeto: Formação de Registro de Preços para eventual e futura aquisição de medicamentos e material odontológico; RESULTADO: ANULADA. Processo: 1500.01.17.03/2015. Modalidade: Pregão Presencial nº 01/2015. Objeto: Formação de Registro de Preços para eventual e futura aquisição de COMBUSTÍVEIS; RESULTADO DA PRIMEIRA E SEGUNDA CHAMADA: DESERTAS. Processo: 1500.01.17.03/2015. Modalidade: Pregão Presencial nº 03/2015. Objeto: Formação de Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada ou agência de turismo ou viagens para execução de serviços de reserva, emissão, marcação, renovação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e reservas em estabelecimento hoteleiro; RESULTADO DA PRIMEIRA E SEGUNDA CHAMADA: DESERTAS.

MARIANNE MACHADO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2015

O Município de Rio Largo, através da Comissão Permanente de Licitação, avisa que realizará licitação conforme resumo abaixo: MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2015. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL/LOTE, em regime de empreitada por preço global. DATA E HORA: 12 de novembro de 2015 às 9:00hs. LOCAL: Av. Fernando Collor de Melo, s/n - Antonio Lins de Souza - Rio Largo/AL. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DAS ESCOLAS MANOEL SOARES E GASTÃO OTICICA. Os interessados poderão retirar o Edital, bem como seus anexos, no endereço acima citado ou através do e-mail: cplriarogo@hotmail.com.

Rio Largo-AL, 21 de setembro de 2015.
MONIQUE NATÁSSIA NEVILLE DE ARAÚJO
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJAÍ

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 - SRP

Data/Hora 05/11/2015 às 10:00hs - Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de mudas de plantas, insumos e materiais para ornamentação das áreas verdes do município.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 - SRP

Data/Hora 05/11/2015 às 12:00hs - Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animas sintantrópicas, compreendendo os serviços de desincrustação, descalcificação, descalcificação.

Informações e os Editais na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Praça Conego Ribeiro, nº 60 - Centro, Trajaí/AL.

Trajaí, 21 de outubro de 2015.
NELSON SANTOS DANTAS
Pregueiro

ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAZAGÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2014-PMJMz, Contratante Prefeitura Municipal de Mazagão - AP, CNPJ: 05.986.427/0001-24. Contratado: FENIX LTDA, CNPJ: 08.610.783/0001-37. Objeto: CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E LAZER NA COMUNIDADE DO MARACA NO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO, CONFORME CONVÊNIO 0276/DEPCN/2013, a vigência do termo aditivo de prazo passará a contar de 25/05/2015 a 30/11/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARTARUGALZINHO

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 007/2015 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari/AP, CNPJ nº 23.066.905/0001-60 e CONTRATADA: a empresa EXECUTIVA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 09.376.861/0001-43. DO OBJETO - CONTRATADA compromete-se a prestar à CONTRATANTE o objeto do presente contrato, qual seja, Construção de 01 (uma) Creche no Bairro Mania de Nazaré Mineiro em Laranjal do Jari, de acordo com a proposta de preços adjudicada e

homologada em favor do contratado e nos termos consignados no Projeto, parte integrante deste ajuste. Concorrência nº 003/2015. DO PRAZO DE VIGÊNCIA- O prazo de vigência do presente contrato será de 240 (duzentos e quarenta) dias, a contar da assinatura do presente Contrato, para fins de adimplemento integral das obrigações de ambas as partes. O prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro que integra o processo, a contar da assinatura do contrato. DO VALOR: O valor global adjudicado e homologado para contratação é de R\$ 1.896.931,53 (um milhão oitocentos e noventa e seis mil novecentos e trinta e um reais e cinquenta centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte: 0115, Unidade Orçamentária: 212, Função:12, Subfunção:361, Programa:21, Ação:1013, Classificação Econômica:44.90.51 Obras e Instalações. ASSINATURA: 02 de Outubro de 2015.

CONTRATO Nº 008/2015 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari/AP, CNPJ nº 23.066.905/0001-60 e CONTRATADA: a empresa A2 COSNTRUTORA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 04.878.794/0001-41. DO OBJETO - CONTRATADA compromete-se a prestar à CONTRATANTE o objeto do presente contrato, qual seja, Construção de 01 (uma) Creche no Bairro Barizal em Laranjal do Jari, de acordo com a proposta de preços adjudicada e homologada em favor do contratado e nos termos consignados no Projeto, parte integrante deste ajuste. Concorrência nº 004/2015. DO PRAZO DE VIGÊNCIA- O prazo de vigência do presente contrato será de 240 (duzentos e quarenta) dias, a contar da assinatura do presente Contrato, para fins de adimplemento integral das obrigações de ambas as partes. O prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro que integra o processo, a contar da assinatura do contrato. DO VALOR: O valor global adjudicado e homologado para contratação é de R\$ 1.899.204,35 (um milhão oitocentos e noventa e nove mil duzentos e quatro reais e trinta e cinco centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte: 0115, Unidade Orçamentária: 212, Função:12, Subfunção:361, Programa:21, Ação:1013, Classificação Econômica:44.90.51 Obras e Instalações. ASSINATURA: 02 de Outubro de 2015.

CONTRATO Nº 009/2015 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari/AP, CNPJ nº 23.066.905/0001-60 e CONTRATADA: a empresa A2 COSNTRUTORA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 04.878.794/0001-41. DO OBJETO - CONTRATADA compromete-se a prestar à CONTRATANTE o objeto do presente contrato, qual seja, Construção de 01 (uma) Creche no Bairro Cajari em Laranjal do Jari, de acordo com a proposta de preços adjudicada e homologada em favor do contratado e nos termos consignados no Projeto, parte integrante deste ajuste. Concorrência nº 002/2015. DO PRAZO DE VIGÊNCIA- O prazo de vigência do presente contrato será de 240 (duzentos e quarenta) dias, a contar da assinatura do presente Contrato, para fins de adimplemento integral das obrigações de ambas as partes. O prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro que integra o processo, a contar da assinatura do contrato. DO VALOR: O valor global adjudicado e homologado para contratação é de R\$ 1.899.204,35 (um milhão oitocentos e noventa e nove mil duzentos e quatro reais e trinta e cinco centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte: 0115, Unidade Orçamentária: 212, Função:12, Subfunção:361, Programa:21, Ação:1013, Classificação Econômica:44.90.51 Obras e Instalações. ASSINATURA: 02 de Outubro de 2015.

DESPACHO DO PREFEITO
Em 30 de setembro de 2015

O Prefeito Municipal de Laranjal do Jari, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o teor do relatório da Comissão Permanente de Licitação, constante do presente processo relativo à CONCORRÊNCIA Nº 002/2015;

CONSIDERANDO que o processo licitatório foi julgado com observância de critérios objetivos, sagrando-se vencedora a licitante que ofereceu o menor preço global;

CONSIDERANDO ainda, que foram respeitadas todas as prazos legais;

CONSIDERANDO ainda, a inexistência de qualquer recurso pendente ao referido processo licitatório, resolve:

Art. 1º HOMOLOGAR a deliberação da Comissão Permanente de Licitação, Compras, Serviços e Obras, constante no relatório acima referido, obedecendo ao seguinte critério: menor preço global.

Art. 2º DECLARAR vencedora da Licitação na modalidade Concorrência nº 002/2015, cujo objeto consiste em Construção de 01 (uma) Creche no Bairro do Cajari em Laranjal do Jari, a empresa: A2 COSNTRUTORA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 04.878.794/0001-41, com o valor global de R\$ 1.899.204,35 (um milhão oitocentos e noventa e nove mil duzentos e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Art. 3º ADJUDICAR o objeto do processo licitatório em favor da empresa: A2 CONSTRUTORA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, conforme constam nos autos.

WALBER QUEIROGA DE SOUZA

EM BRANCO



Bancários devem manter 30% de serviços

Decisão abrange todas as agências e postos de atendimento bancário estabelecidos nas dependências do Poder Judiciário

A Ação Civil Pública ingressada pela Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Alagoas (OAB/AL), através da sua Procuradoria, para que os bancários garantam 30% do funcionamento das agências e postos de atendimento bancário estabelecidos nas dependências do Poder Judiciário durante a greve, foi acatada no final da tarde de ontem (21) pela Justiça do Trabalho. Na ação é solicitada, ainda, a garantia do levantamento de alvarás realizados pelos advogados durante o período de paralisação.

No pedido ingressado pela Ordem foram observados os grandes prejuízos que o inobservância dos parâmetros

legais, para o movimento grevista, vem causando tanto aos advogados quanto aos cidadãos. Os advogados estavam tendo dificuldades para realizarem os levantamentos de alvarás devido à paralisação. A Ação foi encaminhada para a 9ª Vara do Trabalho, no Tribunal Regional do Trabalho em Alagoas, com um pedido de Medida Liminar para que se tenha provimento antecipado da Ação.

A decisão favorável foi do juiz Jasiel Ivo, que determina que os bancários devam cumprir o funcionamento mínimo de 30% de suas atividades já a partir desta quinta-feira (22) sob pena de multa diária de R\$

10 mil.

“Sem sanção de dívida, a OAB/AL possui legitimidade para propor ação civil pública. Sabe-se que a greve causa transtornos não apenas aos envolvidos diretamente no conflito trabalhista coletivo, como também aqueles por ele alcançados por via indireta”, explicou o magistrado em seu despacho.

O juiz Jasiel Ivo completa dizendo que “A Lei assegura aos grevistas várias garantias, mas também dispõe que em nenhuma hipótese os meios adotados poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem”.

Segundo a procuradora da



Em greve desde o dia 6, bancários rejeitam resultado de 7,5% proposto pela Fenaban

“Proposta da Fenaban é indecorosa”

CARLOS AMARAL COLABORADOR

Ontem (21) completou 16 dias em que os bancários estão em greve. Na terça-feira (20), a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) fez uma proposta de reajuste salarial em 7,5%. Abaixo das reivindicações dos trabalhadores, a proposta foi rejeitada.

Para Juan Gonzalez, diretor de comunicação do Sindicato dos Bancários de Alagoas, a proposta da Fenaban é indecorosa, pois não propõe perdões para

salarial de 16%, com piso de R\$ 3.299,66. Participação nos Lucros e Resultado (PLR) de três salários mais R\$ 7.246,82. Além de vale alimentação, refeição, 13ª costa e auxílio-creche/fútil de R\$ 788 cada. O pagamento de cursos de graduação e pós-graduação, melhorias nas condições de trabalho e segurança também fazem parte da demanda dos bancários.

PAGAMENTOS

O consumidor não pode atrasar pagamentos por causa da greve dos bancários. Diante da dificuldade em realizar a quitação das

contas, é preciso que redobre a atenção em relação às datas de vencimento. O atraso no pagamento pode gerar cobrança de multas.

Também se orienta que se procure a empresa credora e solicite outras opções de pagamento, como o uso da internet, caixas lotéricas, boletins com códigos de barra para serem impressos e pelo próprio consumidor e que podem ser pagos em caixas eletrônicas. Além da possibilidade de pagamento na sede da empresa credora. É recomendado anotar o número do protocolo de atendimento.

COMISSÃO INTERMUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS - CUMISA

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria ambiental para elaboração de estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) e licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJAÍ

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

EDITAL Nº 001/2015

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

Local: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Maceió - Alagoas.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU

PMT
FL Nº 04



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE ANIMAIS SINANTRÓPICOS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, COLOCAÇÃO DE ISCAS, DESALOJAMENTO DE PARDAIS, POMBOS E MORCEGOS, RETIRADA DE INSETOS MORTOS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, A SEREM REALIZADOS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU

PREGÃO PRESENCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015



Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o (a) Prefeitura de Traipu, por meio do(a) Comissão de Licitação, sediado(a) situada na Praça Conego Ribeiro, 60 – Centro – Traipu/AL, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço por **LOTE**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 05/11/2015

Horário: 12:00 HS

Local: Sala da comissão de licitação

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto Formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços, a serem realizados nos prédios públicos do município de Traipu/AL, nas quantidades e especificações aduzidas no Anexo I deste Edital.

2 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

2.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.4 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao (máximo quántuplo) do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.5 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma presencial.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



3.2 A licitante deverá se apresentar para o credenciamento junto ao Pregoeiro através de 01 (um) representante/preposto, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

3.3. Cada licitante credenciará apenas 01 (um) representante que será o único admitido a intervir nas fases dos procedimentos licitatórios e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

3.4. Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos regularmente autenticados por cartório ou pela CPL até um dia anterior ao certame:

I – cópia do documento oficial de identidade ou outro equivalente que contenha foto;

II - procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso de o representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidura.

3.4.1 Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante.

3.5. A não-apresentação ou a incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame licitatório, porém, impedirá o suposto representante de praticar atos no processo licitatório em nome da empresa.

3.6. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

3.7. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante, bem como se o mesmo for sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado de outra empresa que esteja presente no certame.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados que estiverem:

4.3 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.5 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.6 Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.7 Entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.8 Como condição para participação no Pregão, a licitante terá que fazer às seguintes declarações no credenciamento:

4.9 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, e 147 de 2014 estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.10 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.11 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.12 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

EM 11100



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



5. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. Os conjuntos de documentos relativos às propostas de preços e à habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Propostas de Preços" e "Documentos de Habilitação"), na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos às Propostas de Preços:

ENVELOPE "A" – PROPOSTAS DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE TRAIPU

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

DIA 05/11/2015 – 12:00 HORAS

OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE ANIMAIS SINANTRÓPICOS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, COLOCAÇÃO DE ISCAS, DESALOJAMENTO DE PARDAIS, POMBOS E MORCEGOS, RETIRADAS DE INSETOS MORTOS COM FORNECIMENTOS DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, A SEREM REALIZADOS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL.

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE "B" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE TRAIPU

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

DIA 05/11/2015 – 12:00 HORAS

OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE ANIMAIS SINANTRÓPICOS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, COLOCAÇÃO DE ISCAS, DESALOJAMENTO DE PARDAIS, POMBOS E MORCEGOS, RETIRADA DE INSETOS MORTOS COM FORNECIMENTOS DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, A SEREM REALIZADOS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL.

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ

5.2. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor do Município até um dia anterior do certame, ou ainda, por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

5.2.1. As cópias dos documentos que deverão ser apresentadas dentro dos envelopes "Propostas de Preços" e "Documentos de Habilitação" poderão, mediante a apresentação do original, ser autenticadas por servidor do Município, até 01 (um) dia útil antes da realização da sessão, **observando-se que em hipótese alguma serão autenticadas cópias de documentos no momento de realização da sessão.**

5.3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em *fac símile*, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou gráficos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

6. DO ENVELOPE "A" – PROPOSTAS DE PREÇOS:

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



- 6.1. O envelope "A" conterá as propostas de preços da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:
- 6.2. Constar 01 (uma) via, impressa em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnica de uso corrente, redigida com clareza sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da licitante ou por quem de direito;
- 6.3. Indicar nome ou razão social da licitante, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, estado civil, profissão, nº do CPF e Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 6.4. Prazo de validade da proposta que deverá ser no mínimo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de entrega da mesma. Na ausência deste subentende-se a aceitação do prazo mencionado;
- 6.5 Ser apresentados preços, de acordo com o objeto deste Edital, unitários e totais correspondentes aos itens e ao valor global ofertado, sendo este último em algarismo e por extenso, de acordo com a ordem dos itens dispostos no Anexo I, em moeda corrente nacional (R\$), com duas casas decimais no (mínimo) depois da vírgula. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais prevalecerão os primeiros, e os expressos em algarismos e por extenso, serão considerados este último;
- 6.7. Declaração expressa na proposta de que os preços apresentados incluem todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, produtos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;
- 6.8. Constar declaração de que o objeto poderá ser feitos de forma total ou parcial, e sua entrega realizada no prazo imediato, contados após cada solicitação, mediante o recebimento da Ordem de serviços expedida pela Administração Municipal;
- 6.9. Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços, ou qualquer outra condição que induza ao julgamento subjetivo de mais de um resultado;
- 6.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas da proposta ou incorretamente cotadas serão consideradas como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os objetos ser fornecidos ao Município sem ônus adicionais;
- 6.11. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- 6.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 6.13. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.14. A licitante que no ato da sessão impugnar ou aduzir erros ou impropriedades quanto ao produto pertinente às propostas apresentadas pelas demais licitantes, no que concerne a sua composição, fabricação, gramatura, ou qualquer outro fato que repute relevante, deverá apresentar os elementos necessários para provar as suas alegações. A não-comprovação, por parte da impugnante, dentro do prazo fixado pelo Pregoeiro, facultará a Administração à instauração de processo administrativo para apurar o retardamento do certame em face de alegações insubsistentes e impertinentes ao interesse do Município.
- 6.15. A Proposta de Preços terá de ser assinada por quem tenha capacidade de representar a empresa, ativa e passivamente, nos atos judiciais e extrajudiciais, ou por seu procurador com poderes para tanto.
- 6.16. Serão desclassificadas:
- 6.16.1. As propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;
- 6.16.2. Propostas com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

EN BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante:

7.5. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Anexo I, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando em ata a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.8. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, e da LC 147 de 2014 seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DO ENVELOPE "B" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.1. É condição básica para a fase de habilitação, que a licitante apresente, em um envelope, cópias autenticadas, em cartório, dos documentos abaixo relacionados, com prazo vigente, em uma via ou se preferir autenticadas, nos termos do subitem 5.2.1, pelo Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio.

8.2. A licitante deverá apresentar declaração de que não possui em seus quadros de pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99), de acordo com o modelo sugestão aduzido no Anexo deste Instrumento.

8.3. A licitante deve declarar, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato que possa impedir a sua habilitação neste certame, conforme modelo Anexo.

8.4. Comprovante de retirada do edital;

8.5. Os demais documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou na forma do subitem 5.2.1, os quais se referem a:

8.2.1. Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e suas alterações, ou consolidação, devidamente registrados, se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores devidamente autenticados;

b) Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (conforme o caso).

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



8.2.2. Qualificação Técnica:

- a) Apresentação de atestado mínimo 01 (um) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando os serviços compatíveis em quantidades com o objeto deste certame, com reconhecimento de firma em cartório;
- b) Alvará de Vigilância sanitária Estadual e/ou Municipal;
- c) Declaração do conhecimento de todas as informações acerca do presente Certame e que aceita todas as condições nele contidas para o fiel cumprimento das obrigações.
- d) Licença Ambiental da Sede da Licitante no Órgão Competente;
- e) Certificado de Registro da licitante no Conselho Regional Competente;
- f) Certidão de Regularidade profissional do engenheiro responsável perante o conselho no órgão competente;
- g) Poderão ser indicados como responsáveis técnicos os seguintes profissionais:
 - a. Biólogo;
 - b. Engenheiro Agrônomo;
 - c. Engenheiro Florestal;
 - d. Engenheiro Químico;
 - e. Farmacêutico;
 - f. Médico Veterinário;
 - g. Químico;

8.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Comprovação de capital social integralizado ou patrimônio líquido igual ou superior a 1 % (um por cento) do valor estimado do presente certame;
- b) Certidão que comprove a inexistência de falência, recuperação judicial ou concordata, expedida pelo Distribuidor da Comarca sede da licitante.

8.2.4. Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Estadual e/ou Municipal de Contribuintes, se houver relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da licitante;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada mediante o fornecimento de Certidão de Regularidade Fiscal Municipal emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- f) Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho (Inciso IV do Art. 27, incluído pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

8.3. Disposições Gerais da Habilitação:

- a) Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- b) Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada;
- c) Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante, salvo as ME's e EPP's, com fulcro na LC nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Art. 43 § 1º no seu *Caput*. E LC 147/2014.
- d) Documentos (certidões) apresentados sem validade subentendem - se 30 (trinta) dias.

EM 2020





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



09. DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo cinco minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

9.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (*cinco*) dias, contados a partir da data de sua(s) convocação(ões), para assinar(em) a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair(em) do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2 Alternativamente à(s) convocação(ões) para comparecer(em) perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

11.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor *e dos licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste, observada a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva*, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1 Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 MESES.

EM FRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



12.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

12.4 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13. DO PREÇO

13.1 Os preços são fixos e irredutíveis.

13.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Anexo.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Anexo I.

16. DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

16.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.5 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta as Certidões as quais terão que ser negativas ou positivas com efeitos negativos para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.6 Constatando-se, junto as Certidões as quais terão que ser negativas ou positivas com efeitos negativos, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



16.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos só serão realizados, quando a contratada regularize sua situação junto as Certidões as quais terão que ser negativas ou positivas com efeitos negativos.

16.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.11 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e LC 147/2014, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

17.1.1 não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.5.2 Apresentar documentação falsa;

17.5.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.5.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.5.5 Não manter a proposta;

17.5.6 Cometer fraude fiscal;

17.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

17.6 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.7 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.4 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

17.5 Impedimento de licitar e de contratar com o Município, Estado e União, pelo prazo de até cinco anos;

17.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

17.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Portal das Transparências.

17.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Anexo I.

18 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU

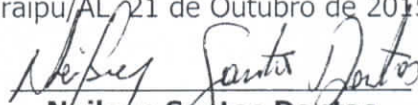


- 18.2 A impugnação poderá ser realizada por petição dirigida por email cpl.traipu@outlook.com ou protocolada no endereço Praça Conego Ribeiro, 60 – Centro – Traipu/AL.
- 18.7 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 18.8 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 18.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 18.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 19.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça Conego Ribeiro, 60 – Centro – Traipu/AL, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 19.20 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.21 ANEXO I - Termo de Referência
- 19.22 ANEXO II – Ata de Registro de Preços
- 19.23 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato (quando for o caso)

Traipu/AL, 21 de Outubro de 2015.


Neilson Santos Dantas
Pregoeiro

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO.

1.1 Formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços, a serem realizados nos prédios públicos do município de Traipu/AL.

2. JUSTIFICATIVA.

2.1 Considerando a necessidade de garantir ambientes de trabalho em condições laborais favoráveis, bem como, garantir a saúde e sanidade daqueles que atuam nas instalações físicas e do público que frequenta as Unidades Ministeriais, motivo pelo qual, justifica-se a contratação dos serviços elencados no presente Termo de Referência.

3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 O procedimento licitatório a ser adotado obedecerá, integralmente, ao que estabelece as leis Federais nº 8.666, de 21.06.93, e 10.520, de 17.07.2002, Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e todas as demais normas e legislações vigentes e aplicáveis ao presente instrumento.

3.2. Conforme disposto no artigo 7º, inciso, I, c/c o artigo 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, se faz necessária a elaboração de Termo de Referência a fim de definir os materiais necessários ao desenvolvimento das ações inerentes à Administração, a fim de fornecer subsídios ao registro de preços.

3.3 Para contratação do objeto, será adotado o procedimento licitatório na modalidade Pregão, menor preço, na forma Presencial, visando o Registro de Preços.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1 **DESCUPINIZAÇÃO:** Compreende a eliminação de cupins, brocas e carunchos;

4.2 **DESINSETIZAÇÃO:** Compreende a eliminação de baratas, formigas, traças, aranhas, pulgas, percevejos, ácaros, insetos rasteiros e outras pragas;

4.3 **DESRATIZAÇÃO:** Compreende a eliminação de ratos, ratazanas e camundongos;

4.4 **CONTROLE DE POMBOS, PARDAIS E MORCEGOS:** O controle através de instalação de barreiras físicas que possam restringir o acesso às superfícies de pouso e aos locais que possam servir como abrigo e também o desalojamento, com limpeza, raspagem de fezes, retirada de ninhos, desinfecção contra piolhos.

5. ESPECIFICAÇÃO E LOCAL A SEREM EXECUTADOS OS SERVIÇOS.

5.1 Os serviços serão requisitados, conforme a necessidade de cada secretaria municipal.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos.	M ²	200.000

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



6. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

6.1 Os serviços deverão ser realizados entre os horários das 09h00minh às 12h00minh e das 13h00minh às 16h30minh, em dias úteis, caso seja necessário horário diferenciado e aos sábados, devido às peculiaridades do serviço, deverá ser realizado com autorização prévia dos integrantes da fiscalização, bem como deverá ser feito agendamento prévio com o responsável de cada órgão competente;

6.2 A CONTRATADA deverá fornecer EPIs a todos os funcionários, conforme sua função e risco de seus serviços. A CONTRATANTE não terá quaisquer responsabilidades em caso de acidentes com funcionários ou terceiros. Deverão ser observadas todas as normas de segurança do trabalho;

6.3 A CONTRATADA deverá observar todas as leis ambientais vigentes, quer de âmbito Federal, Estadual ou Municipal;

6.4 As despesas com transporte até o local dos serviços serão por conta da CONTRATADA;

6.5 Todos os equipamentos, ferramentas e materiais necessários para execução dos serviços serão de responsabilidade única da empresa contratada;

6.6 Todas as despesas na prestação dos serviços, como manutenção, combustível, seguros, encargos social, trabalhistas e danos a terceiros, inclusive insalubridade dos seus funcionários, serão de responsabilidade da contratada;

6.7 Após a execução do serviço A CONTRATADA deverá apresentar à Secretaria Solicitante ficha de confirmação de serviço carimbada e assinada pelo funcionário que recebeu o serviço;

7. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses, com início a partir de sua assinatura.

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



ANEXO II - MODELO

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2015 –
OBJETO: AQUISIÇÃO DE
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Aos XXXX dias do mês de XXXXXXX do ano de 20XX, o **MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL**, com Sede Administrativa na Praça Conego Ribeiro, 60 – Centro – Traipu/AL, inscrito no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado pela Sra. Prefeita do Município, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob nº XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado nesta Cidade, em sequência denominada simplesmente **Órgão Gerenciador** e a pessoa jurídica **XXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato, representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de identidade RG nº XXXXXXX – SSP/XX, inscrito(a) no CPF/MF sob nº XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXX, e, daqui por diante, denominada simplesmente **Fornecedora Registrada**, resolvem, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, bem como pela Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, firmar a presente **Ata de Registro de Preços**, cuja minuta foi examinada pela Procuradoria Municipal, que emitiu seu parecer, conforme determina o Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. Do objeto:

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para XX, destinados à(s) Secretaria(s) Municipal(is) de XXXXXXXXXXX, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº XX/20XX, conforme abaixo:

Lote XX:

Item	Especificações do Objeto	Marca	Qtde.	Preço Unitário	Preço Total
XX	XXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXX	XXXX	XXXXX
XX	XXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXX	XXXX	XXXXX
VALOR TOTAL DO LOTE					XXXXX

2. Validade da Ata

2.1 A validade da ata de registro de preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

3. Das obrigações:

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



3.1. O Órgão Gerenciador obriga-se a:

- a) efetuar o pagamento à Fornecedora Registrada, de acordo com o prazo estabelecido nesta ATA;
- b) comunicar formal e imediatamente à Fornecedora Registrada qualquer anormalidade no fornecimento/serviços dos bens, podendo recusá-los caso não estejam de acordo com as exigências estabelecidas no edital de Pregão Presencial nº XX/20XX e seus anexos;
- c) prestar, através de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- d) assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na Ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
- e) assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para o Órgão Gerenciador, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
- f) renegociar os valores contratados, cujos preços sejam considerados desvantajosos;
- g) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
- h) aplicar as penalidades por descumprimento das obrigações assumidas.

3.1.1. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Fornecedora Registrada pela completa e perfeita execução do fornecimento.

3.2. A Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada obriga-se a:

- a) arcar com todos os custos que incidam direta ou indiretamente sobre os materiais Permanentes ofertados na licitação;
- b) manter firme sua proposta durante o prazo de validade da mesma;
- c) prestar os XXXXXXXXXX em conformidade com o que foi licitado;
- d) prestar os XXXXXXXXXX nos endereços e prazo indicados no edital;
- e) prestar os XXXXXXXXXX dentro do prazo estabelecido pelo Órgão Gerenciador, contado desde o recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviços, nas quantidades propostas e no local indicado;
- f) corrigir eventuais falhas no cumprimento de suas obrigações no prazo estabelecido pelo representante do Órgão Gerenciador;

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



- g) prestar os XXXXXXXX durante o horário de funcionamento do Órgão Gerenciador, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força maior, que deverá ser analisado por servidor designado;
- h) abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador;
- i) responder por eventuais danos causados ao Órgão Gerenciador ou a terceiros durante a vigência desta Ata por seus agentes ou prepostos;
- j) manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no edital.

4. Da aquisição/serviços:

- 4.1. A aquisição/serviços dos itens registrados em Ata serão solicitados mediante o envio da respectiva Ordem de Fornecimento/Serviços.
- 4.2. Cada Ordem de Fornecimento/Serviço conterá sucintamente a quantidade, descrição do produto/serviço, valor, assinatura do requisitante e data de expedição.
- 4.3. A Ordem de Fornecimento/Serviço poderá ser enviada via fax à Fornecedora Registrada ou por qualquer outro meio hábil.
- 4.4. Poderão ser emitidas mais de uma Ordem de Fornecimento/Serviço por mês.
- 4.5. Os itens solicitados através da Ordem de Fornecimento/Serviço deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, dela constando os valores unitários e totais, descrição do produto e a quantidade dos respectivos itens.
- 4.6. A Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada ficará obrigada a atender todas as solicitações efetuadas através das Ordens de Fornecimentos/serviços emitidas durante a vigência da Ata, mesmo se a entrega delas decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.
- 4.7. O objeto poderá ter suas quantidades alteradas dentro dos limites estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

5. Do Recebimento:

- 5.1. A entrega do objeto desta licitação, deverão ser entregues ao Órgão Gerenciador, de forma parcelada, em conformidade com a Ordem de Fornecimento/Serviço, de acordo com a necessidade da(s) Secretaria(s) Municipal(is) de Administração.
- 5.2. O fornecimento dos XXXXXXXXX deverão apresentar qualidade, marca e especificações idênticas às mencionadas na proposta comercial da Fornecedora Registrada.
- 5.3. O prazo de entrega do objeto será de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviços.

EN FRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



5.3.1. Se a Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada recusar-se injustificadamente a entregar os XXXXXXXXX no prazo estabelecido, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, sujeitando-se à desistente as penalidades previstas nesta Ata, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

5.4. Os XXXXXXXXXX serão entregues na(s) Secretaria(s) Municipal(is) de Administração, no(s) endereço(s) fornecido(s) pelo Órgão Gerenciador.

5.5. Os XXXXXXXXX, no ato da entrega, deverão estar acompanhados da Nota fiscal descritiva, constando número da Ordem de Fornecimento/Serviço, dados da conta bancária para depósito do pagamento, quando for o caso, bem como da CND do INSS e CRF do FGTS.

5.6. O ato de recebimento dos XXXXXXXXXX licitados, não importa em sua aceitação. A critério do Órgão Gerenciador será submetido a sua verificação, cabendo a Fornecedora Registrada, a troca dentro de 24 (vinte e quatro) horas, do(s) objeto(s) que vier(em) a ser recusado(s), por não se enquadrar(em) nas especificações estipuladas, apresentar defeitos de fabricação ou dano em geral, identificado no ato do recebimento ou no período de verificação.

6. Da Garantia dos Serviços/Fornecimento:

6.1. A Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada responderá solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que tornem os XXXXXXXXX impróprios ou inadequados a que se destinam, ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o Órgão Gerenciador exigir a substituição das partes viciadas.

6.1.1. Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, poderá o Órgão Gerenciador exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a substituição do bem/serviço por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço.

6.2. A Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada deverá garantir a entrega dos XXXXXXXXXX, objeto da proposta, com prazo de garantia contra eventuais defeitos de fabricação de no mínimo 90 (noventa) dias, nos termos do inciso II, do Art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, contado da data do seu recebimento.

7. Do Pagamento:

7.1. O pagamento à Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada será efetuado em até 30 (dias) a partir da entrada da Nota Fiscal, devidamente atestada por quem de direito.

7.2. O pagamento fica condicionado à comprovação de que a Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada encontra-se em regular situação fiscal para com as fazendas estadual e federal.

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



7.3. Nenhum pagamento será feito sem que a Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada tenha recolhido o valor de multa eventualmente aplicada.

7.4. Havendo erro na nota fiscal, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento susado, até que a Fornecedora Registrada tome as medidas saneadoras necessárias.

7.5. O pagamento poderá ser efetuado mediante depósito bancário na conta corrente da Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada, indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.

8. Da Dotação Orçamentária:

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos serviços pela(s) Secretaria(s) desta Administração Pública Municipal serão cobertas pelas Leis Orçamentárias do Município de Traipu/AL, para o exercício de 2015, consignadas nas seguintes rubricas: Unidade: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

8.2. Caso a futura Ata de Registro de Preços venha extrapolar o exercício orçamentário vigente as despesas com estes fornecimentos serão cobertas pelo Orçamento Geral do Município de competência do exercício orçamentário vigente na data da realização da despesa.

9. Do Reajuste e Das Alterações:

9.1. Os preços ofertados serão fixos e irremovíveis. No entanto, os valores constantes da Ata de Registro de Preços poderão ser repactuados, desde que comprovado o desequilíbrio econômico financeiro, devidamente fundamentado pela autoridade superior.

9.2. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as necessárias negociações junto à Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada.

9.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar a Fornecedora Registrada visando à negociação para redução de preços e sua consequente adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, a Fornecedora Registrada será liberada do compromisso assumido;

c) convocar as demais fornecedoras visando igual oportunidade de negociação.

9.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Fornecedora Registrada, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



a) liberar a Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento/serviço; e

b) convocar as demais fornecedoras visando igual oportunidade de negociação.

9.6. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

10. Das penalidades:

10.1. A Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada que ensejar o retardamento, falhar ou fraudar na execução desta Ata, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2. Pela infração das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à Fornecedora Registrada as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de 2% (dois por cento) do valor total registrado nesta Ata por infração a qualquer cláusula ou condição do fornecimento, aplicada em dobro na reincidência.

10.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.4. Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser inscrito na Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

10.5. O valor da(s) multa(s) aplicada(s) deverá(ão) ser recolhida(s) em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas do Município, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pelo Órgão Gerenciador.

10.6. A sanção prevista no subitem 10.1 poderá ser aplicada juntamente com a do inciso II, do subitem 10.2, facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de (10) dez dias úteis.

10.7. As penalidades serão registradas no Cadastro Municipal de Fornecedores, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a Administração, a Fornecedora Registrada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no subitem 10.2 desta Ata e das demais cominações legais.

11. Do Cancelamento do Registro:

11.1. A Fornecedora Registrada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

EN ELIHO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



- b) não entregar os bens objeto da Ordem de Fornecimento/Serviço devidamente expedida, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d) tiver presentes razões de interesse público.

11.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

11.3. A Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada poderá solicitar o cancelamento do seu preço registrado na ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que venha comprometer a perfeita execução dos compromissos assumidos, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

12. Da Publicação:

12.1. Incumbirá ao Órgão Gerenciador providenciar a publicação desta Ata, por extrato, na imprensa oficial, dentro do prazo de 20 (vinte) dias da data da sua assinatura.

13. Das disposições gerais:

13.1. Independente de sua transcrição, o edital, a proposta de preços e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pela Prestadora de Serviços/Fornecedora Registrada farão parte desta Ata de Registro de Preços.

14. Do foro:

14.1 Fica eleito o foro da Comarca de Traipu/AL, para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços, com renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelas signatárias deste instrumento, tendo sido arquivada uma via na Sede Administrativa do Município de Traipu.

Traipu/AL, XX de XXXXXXX de 2015.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeita de Traipu
Órgão Gerenciador

Representante da Fornecedora Registrada

EN FRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU

SUMULA DO CONTRATO Nº XX.XXXX/20XX

PROCESSO Nº XXXXXX/2015

PINT
PL Nº 104



Modalidade: Pregão Presencial XXX/2015

Objeto: Formalização de Ata de Registro de Preços para XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - CNPJ nº XX.XXXX.XXXX/XXXX-XX

Valor: R\$ XXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

Vigência: O contrato terá vigência de XX (XXXX) XXXXXXX, contado a partir da data de sua assinatura.

Base Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93.

Dotação Orçamentaria:

Órgão: XX.XX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Unidade: XX.XX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Funcional Programática: XX.XX.XX.XXX.XXXX.XXXX– XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Elemento de Despesa: X.X.X.X.XX.XX – XXXXXXXXXXXXXXXX

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



ORDEM DE SERVIÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N° XX/20XX	
Objeto: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.	
Fundamentação Legal: Lei 10.520/2002, e Lei 8.666/93 e das seguintes cláusulas:	
Contratante:	Município de Traipu – CNPJ N° 12.307.452/0001-28
Contratado	XXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o n° XX.XXX.XXX/XXXX-XX.
Órgão: XX.XX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Unidade: XX.XX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Funcional Programática: XX.XX.XX.XXX.XXXX.XXXX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Elemento de Despesa: X.X.X.X.X.XX.XX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.	
Celebração do Contrato: XX/XX/20XX	Prazo: XX (XXXX) Meses.
AUTORIZO a Pessoa Jurídica. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, partir da presente data, proceder ao início dos serviços pertinentes ao objeto supra.	
Traipu/AL, XX de XXXXX de 20XX. Maria da Conceição Teixeira Tavares Prefeita	
Recebi em ____/____/2015 _____ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Contratada	

EN BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU

MODELOS



DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO EDITAL

(Nome da empresa) _____, CNPJ Nº _____,
sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu(u)
representante legal o(a) Senhor(a) _____, portador(a) do
Registro Geral nº. _____ e CPF nº _____, DECLARA
para efeito do Pregão Presencial nº. XX/2015, realizado no Município de Traipu/AL, que
cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, inciso VII, da
Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, ciente das penalidades cabíveis.

Local e data

(Nome e assinatura do representante)

**Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante.*

EM BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU

PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2015

MODELO

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL

(Nome da empresa) _____, CNPJ Nº _____,
sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu(ua)
representante legal o(a) Senhor(a) _____, portador(a) do
Registro Geral nº. _____ e CPF nº _____, DECLARA
para efeito do Pregão Presencial nº. XX/2015, realizado no Município de Traipu/AL, que
tem conhecimento de todas as informações acerca do presente certame e que aceita
todas as condições nele contidas para o fiel cumprimento das obrigações.

Local e data

(Nome e assinatura do representante)

**Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante.*



EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2015

MODELO

DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO DE MENORES

(Nome da Empresa) _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, por intermédio de seu(ua) representante legal o(a) Senhor(a) _____, portador(a) do Registro Geral nº _____ e CPF/MF nº _____, DECLARA, para efeitos do Pregão Presencial nº XX/2015 e para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 e disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos).

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.
Observação: se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

Local e data

(Nome e assinatura do representante)

**Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante.*

EN 12120



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2015

MODELO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(Nome da Empresa) _____, CNPJ/MF nº _____ sediada
(endereço completo) _____, por intermédio de seu (ua) representante
legal o(a) Senhor(a) _____, portador(a) do Registro Geral nº.
_____ e CPF/MF nº _____, DECLARA sob as penas da
lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão
Presencial nº XX/2015, realizado pelo Município de Traipu/AL, ciente da obrigatoriedade
de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

(Nome e assinatura do representante)

**Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante.*

EN BANCOS





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2015

MODELO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Nome da Empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins de comprovação no Pregão Presencial nº XX/2015, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e LC 147/2014.

Local e data

(Nome e assinatura do representante)

**Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante.*

OBS:

- 1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.
- 2) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, antes da abertura da Sessão, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar nº 123/2006 e LC 147/2014.

EN FRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



PREGÃO Nº XX/2015

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

_____ (nome empresarial da licitante),
inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na
_____, por intermédio de seu
representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da
Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº
_____, para fins do disposto no edital, DECLARA, sob as penas da
lei, em especial o artigo nº 299 do Código Penal Brasileiro, especificamente para participação na
licitação, Pregão nº XX/2015 que:

- a) A proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada foi elaborada de maneira independente por esta licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima mencionada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Traipu antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, _____ de _____ de 2015.

(assinatura do representante legal)

Observação: Esta Declaração deverá ser entregue fora dos envelopes de "Proposta de Preços" e de "Documentos de Habilitação".

EN FRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



PMT
FL. Nº 22

PREGÃO PRESENCIAL 17/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS CREDENCIAMENTOS, PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 – SRP.

Aos 05 (cinco) dias do mês de ~~Outubro~~^{Novembro} do ano de 2015, as 12:00 (doze) horas, nas sala da comissão permanente de licitação, reuniu-se o pregoeiro Neilson Santos Dantas, nomeado pela portaria nº 94/2015 de 01 de abril de 2015, sob a égide da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1.993 e pela Lei 9.648/98 e demais disposições legais pertinentes em vigor, conduzirem os trabalhos alusivos ao pregão presencial nº 17/2015 que trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços, a serem realizados nos prédios públicos do município de Traipu/AL, O Pregoeiro obedecendo aos ditames da Lei nº 10.520 e Lei nº 8.666/93, divulgou o instrumento convocatório da licitação. No dia e hora marcada compareceram 04 (quatro) empresas interessadas a participar do referido Pregão, abaixo descrito: **A 3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.608.098/0001-76, representado neste ato por seu sócio o senhor Alexandre Carneiro de Araújo Costa, portador do RG sob o nº 888578 SSP/AL e inscrito no CPF/MF nº 616.247.134-91; **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.122.306/0001-49, representado neste ato por procuração pelo senhor Jefferson Holanda da Silva, portador do RG sob o nº 1933016 SSP/AL e inscrita no CPF/MF nº 008.794.244-51; **O.E.DIAS – PREVINE SAÚDE AMBIENTAL - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.142.255/0001-02, representado neste ato por procuração pelo senhor Saulo Eduardo Dias, portador do RG sob o nº 697.888 SSP/ES e inscrito no CPF/MF nº 880.450.997-04 e **MARCOS ANTONIO DOS SANTOS SERVIÇOS - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.942.019/0001-53, representado neste ato por procuração pelo senhor Deyvsom Janio Gonçalves santos, portador do RG sob o nº 2005034016599 SSP/CE e inscrito no CPF/MF nº 074.053.704-03. Iniciando os trabalhos o pregoeiro procedeu os credenciamentos e o recebimento dos envelopes contendo os documentos de habilitação, que após análises e rubricas de todos o pregoeiro junto com sua equipe de apoio detectou que a empresa **O.E.DIAS – PREVINE SAÚDE AMBIENTAL - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.142.255/0001-02, apresentou as declarações solicitadas nos 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 com o nome de outro representante e apresentou seu contrato social com as chancelas, mais sem a declaração de inteiro teor, tornando a mesma descredenciada, neste momento o representante da empresa informou a intenção de recurso, estando as demais credenciadas, continuando passou-se para a fase de análise e rubrica das propostas de preços, onde foi constatado que a empresa **A 3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.608.098/0001-76, não cumpriu com o item clausula 6 item 6.8 tornando a mesma desclassificada e a empresa **MARCOS ANTONIO DOS SANTOS SERVIÇOS - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.942.019/0001-53 mencionou outro município, numero do pregão e data de abertura, diferente do estabelecido no pregão presencial 17/2015 do município de Traipu/AL, estando apenas aptas para os lances a empresa **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.122.306/0001-49, neste momento os representantes das empresas **A 3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.608.098/0001-76 e **MARCOS ANTONIO DOS SANTOS SERVIÇOS - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.942.019/0001-53, solicitou a comissão de licitação o direito de participar na parte de classificação da proposta uma vez que na

EN FRANCO



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU**



PMT
FL. Nº 222

disposições gerais item 19.2, o pregoeiro poderá sanar erros de falhas que não autere a substancia das propostas;

Lote Único.

Previne	Marcos Antonio	A 3	Top Pragas
1,50 - Descredenciada	1,50 - Desclassifica	4,50 - Desclassificada	1,50
			Lance
			1,45 - Menor Lance

Encerrada a fase de lance, o pregoeiro solicitou mais descontos da empresa, porém a mesma respondeu que não havia condições, pois os seus valores estavam de acordo com os praticados no mercado. O pregoeiro abriu o envelope contendo os documentos de habilitação da empresa e após análise, foi considerada habilitada e vencedora do objeto por ter ofertado o menor lance em nome da empresa **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.122.306/0001-49, com o valor do metro quadrado de R\$ 1,45 (um real e quarenta centavos). Perguntado aos presentes pela intenção de interpor recurso sobre a decisão do pregoeiro, neste momento o representante da empresa **A 3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.608.098/0001-76 solicitou que fosse constado em ata que o atestado da empresa **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.122.306/0001-49, apresentou o atestado de capacidade técnica sem a devida data de emissão. Fica constado em ata que irão entrar com recurso as empresas **O.E.DIAS - PREVINE SAÚDE AMBIENTAL - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.142.255/0001-02, **A 3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.608.098/0001-76 e **MARCOS ANTONIO DOS SANTOS SERVIÇOS - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.942.019/0001-53, onde o pregoeiro estabeleceu o prazo de 03 (três) dias uteis para apresentação dos mesmos. Foi encerrada a reunião sendo, em seguida lavrada a presente Ata que lida perante todos os presentes segue pelos mesmos rubricadas e assinadas.

Neilson Santos Dantas
Neilson Santos Dantas
Pregoeiro

Wanessa Cristiane de Sousa
Wanessa Cristiane de Sousa
Equipe de Apoio

Humberto Cesar Silva Gameleira
Humberto Cesar Silva Gameleira
Equipe de Apoio

Licitantes

A 3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP
Alexandre Carneiro de Araújo Costa

Alexandre Carneiro de Araújo Costa
ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME
Jefferson Holanda da Silva

Jefferson Holanda da Silva
O.E.DIAS - PREVINE SAÚDE AMBIENTAL - ME
Saulo Eduardo Dias

Deyvsom Janio Gonçalves Santos
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS SERVIÇOS - ME
Deyvsom Janio Gonçalves Santos

W

CR

EM BRANCO

EM BRANCO





À Prefeitura Municipal de Traipu/AL
Pregão Presencial nº 017/2015

Objeto: Formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, Descupinização colocada de iscas, desalojamento de pardais, pombo, e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimentos de equipamentos e materiais para execução dos serviços. A serem realizados nos prédios públicos do município de Traipu/AL.

Realizado no dia 05 de Novembro de 2015.

PROPOSTA READEQUADA

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	Serviços de desinsetização, desratização, Descupinização colocada de iscas, desalojamento de pardais, pombo, e morcegos e retirada de insetos mortos.	M ²	200.000	R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos)	290.000,00 (duzentos e noventa mil reais)

Total Geral R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais)

Maceió/AL, 06 de Novembro de 2015.


Top Pragas Saúde Ambiental
Jefferson Holanda da Silva
Representante Legal

TOP PRAGAS SAÚDE AMBIENTAL

RUA A 44 QUADRA A 46, 54 – BENEDITO BENTES I TABULEIRO – MACEIÓ/AL

57084-044 FONE: (82) 3344-4187 (82) 8837-0836 (82) 9176-5790 (82) 9827-6075 (82) 8156-4486

CNPJ: 19.122.306/0001-49 Site: www.top-pragas.com E-mail: toppragasmaceio@gmail.com

EN BRANCO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL - SRP 17/2015

PMT
FL. Nº 262



A Prefeita do Município de Traipu/AL, no uso de suas atribuições, considerando a adjudicação do Pregoeiro e Parecer da Douta Procuradoria Municipal, **HOMOLOGA** o resultado da Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 17/2015, cujo objeto é Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços, a serem realizados nos prédios públicos do Município de Traipu/AL, tendo como vencedora a Empresa **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.122.306/0001-49, com sede na Rua a 44, Quadra a 46, Nº 54, Conjunto Benedito Bentes 1, Bairro Tabuleiro dos Martins, CEP: 57.084-44, Cidade Maceió/AL, vencedora do LOTE ÚNICO, perfazendo o valor de R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos) o metro quadrado.

Traipu/AL, 21 de Janeiro de 2016.


Maria da Conceição Teixeira Tavares
Prefeita

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU

ATA DE REGISTRO Nº 26/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015
PROCESSO Nº 001623/2015



Ata de Registro de Preços nº 26/2015. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços, a serem realizados nos prédios públicos do município de Traipu/AL.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Janeiro do ano de 2016, o **MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL**, com Sede Administrativa na Praça Conego Ribeiro, 60 – Centro – Traipu/AL, inscrito no CNPJ sob nº 12.207.452/0001-28, neste ato representado pela Sra. Prefeita do Município, **Maria da Conceição Teixeira Tavares**, inscrito no CPF sob nº 411.752.554-91, residente e domiciliado nesta Cidade, em sequência denominada simplesmente **Órgão Gerenciador** e a pessoa jurídica **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.122.306/0001-49, com sede na Rua a 44, Quadra a 46, Nº 54, Conjunto Benedito Bentes 1, Bairro Tabuleiro dos Martins, CEP: 57.084-44, Cidade Maceió/AL, representada pelo seu sócio sr. Anderson Fabricio Cavalcante Felix, portador do CPF nº 008.794.244-51 e RG nº 1933016 SSP/AL, residente e domiciliado em Maceió/AL, e, daqui por diante, denominada simplesmente **Prestadora de Serviço Registrada**, resolvem, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, bem como pela Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, firmar a presente **Ata de Registro de Preços**, cuja minuta foi examinada pela Procuradoria Municipal, que emitiu seu parecer, conforme determina o Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. Do objeto:

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços, a serem realizados nos prédios públicos do município de Traipu/AL, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 17/2015, conforme abaixo:

Descrição dos itens:

Lote Único.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	V. Unit.	V. Total
01	Serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos.	M ²	200.000	1,45	290.000,00

1.1.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano a contar de sua assinatura.

1.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de ordem de fornecimento ou nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovação de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão nº 17/2015.

1.3. O prazo para prestação dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Serviços.

EN FRANKO





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



1.4. O pagamento do objeto licitado será efetuado pela Prefeitura Municipal de Traipu/AL, através da Secretaria de Finanças, em moeda corrente nacional, por meio de Ordem Bancária, devendo ocorrer até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada e desde que mantida situação habilitatória regular.

1.5. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.6. Os objetos/serviços prestados serão executados provisoriamente; o recebimento definitivo será feito após a verificação das especificações, qualidade e quantidade, ou conseqüentemente aceitação, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento provisório, ou imediatamente quando for o caso. No caso de adulteração, deverá nessas circunstâncias e prazo serem substituídas, sem prejuízo do eventual cancelamento da Ata e demais sanções aplicáveis.

1.7. As despesas decorrentes para prestação dos serviços correrão à conta das Unidades Orçamentária, a seguir discriminadas:

Órgão: 02.00 – Gabinete da Prefeita - GAPRE.

Unidade: 0201 – Gabinete da Prefeita - GAPRE.

Funcional Programática: 02.01.04.122.0011.2056– Manutenção das Ações do Gabinete da Prefeita – GAPRE.

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Administração - SECAD.

Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração - SECAD.

Funcional Programática: 04.01.04.122.0011.2060– Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN.

Unidade: 0501 – Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN.

Funcional Programática: 05.01.04.123.0011.2059– Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN.

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Unidade: 06.01 – Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Funcional Programática: 06.01.12.122.0006.2013– Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Educação.

Funcional Programática: 06.02.12.122.0006.2018– Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

Unidade: 07.01 – Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

Funcional Programática: 07.01.10.122.0010.6016– Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

Unidade: 08.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

Funcional Programática: 08.01.08.122.0007.6001 – Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

Funcional Programática: 08.01.08.122.0007.6006 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social.

Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

EM FRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



1.8. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contrato com o Prestador Registrado, podendo, inclusive, firmar para um ou mais itens registrados, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.9. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o prestador às sanções, previstas no subitem 19 do Edital de Pregão Presencial nº 17/2015, que desta Ata faz parte integrante.

1.10. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.11. A Prestadora de Serviços Registrada deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 17/2015.

1.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o Edital de Pregão nº 17/2015 e a proposta da Prestadora de Serviços Registrada naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.13. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Traipu/AL, esgotadas as vias administrativas.

1.14. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pela Senhora **Maria da Conceição Teixeira Tavares**, Prefeita Municipal de Traipu/AL e pelo Sr. **Anderson Fabricio Cavalcante Felix**, qualificado preambularmente, representando a Fomecedora Registrada e testemunhas.

Traipu/AL, 22 de Janeiro de 2016.


PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU
Maria da Conceição Teixeira Tavares
Prefeita
ÓRGÃO GERENCIADOR


ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME
Anderson Fabricio Cavalcante Felix
EMPRESA REGISTRADA

Testemunhas

NOME RAMON SOUZA NASCIMENTO

NOME Anderson Fabricio Cavalcante Felix

CPF: 048.049.674-94

CPF: 059.577.184-00

EN BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU



PMT
FL. N° 266

ORDEM DE SERVIÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2015

Objeto: Tem o presente, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços, a serem realizados nos prédios públicos do município de Traipu/AL.

Fundamentação Legal: Lei 10.520/2002, e Lei 8.666/93 e das seguintes cláusulas:

Contratante: Município de Traipu – CNPJ N° 12.307.452/0001-28

Contratado ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 19.122.306/0001-49.

Recursos:

Órgão: 02.00 – Gabinete da Prefeita - GAPRE.

Unidade: 0201 – Gabinete da Prefeita - GAPRE.

Funcional Programática: 02.01.04.122.0011.2056– Manutenção das Ações do Gabinete da Prefeita – GAPRE.

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Administração - SECAD.

Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração - SECAD.

Funcional Programática: 04.01.04.122.0011.2060– Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN.

Unidade: 0501 – Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN.

Funcional Programática: 05.01.04.123.0011.2059– Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN.

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Unidade: 06.01 – Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Funcional Programática: 06.01.12.122.0006.2013– Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Educação.

Funcional Programática: 06.02.12.122.0006.2018– Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

Unidade: 07.01 – Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

Funcional Programática: 07.01.10.122.0010.6016– Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

Unidade: 08.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

Funcional Programática: 08.01.08.122.0007.6001 – Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

Funcional Programática: 08.01.08.122.0007.6006 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social.

Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Celebração do Contrato: 22/01/2016

Prazo: 12 (doze) Meses.

AUTORIZO a Pessoa Jurídica. ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME, partir da presente data, proceder ao início dos fornecimentos pertinentes ao objeto supra.

Traipu/AL, 22 de Janeiro de 2016.

Maria da Conceição Teixeira Tavares
Prefeita

19.122.306/0001-49

TOP PRAGAS

Rua A 44 - Cj. Benedito Bentes I
n° 54 - Qd. A 46. Benedito Bentes
Cep. 57.084-044

Recebi em 22/01/2016

Anderson Fabricio Cavalcante Felix
ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME
Contratada

EN FRANCO



09 e a empresa NETWORK COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.014.310/0001-77. DO OBJETO: aquisição de material de consumo de informática (para reposição). Os materiais serão destinados para a Secretaria Municipal de Educação do Município de São Miguel dos Campos, Escola Municipal Mario Soares Palmeira, Escola Municipal Dr. Iramilton Leite, Escola Municipal Visconde Sinimbu, Escola Municipal Rui Palmeira, Escola Municipal Professora Maria Rosa, Escola Municipal Professora Linaura Lima e Silva, Escola Professora Noêmia Bastos, Escola Municipal Valdemar Cavalcante, Escola Municipal Dionizina Apratto Tenório, Escola Municipal Maria Abigail, Escola Municipal Luzinete e Lindalva Jatobá, Escola Municipal José Nogueira Mendes, Escola Municipal Des. Jose Fernando Lima Souza, Escola Municipal Imaculada Conceição, Escola Municipal Professora Ineide Nogueira Rocha, Colégio Esther Soares Torres, Creche Municipal Dona Maria, Creche Municipal Josefá Benedita, Creche Municipal Professora Maria Neide Gouveia e Casa dos Conselhos.
DO VALOR: R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais)
DO PRAZO: 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura.
DA DATA: 17 de março de 2016.
DOS SIGNATÁRIOS: George Clemente Vieira/ Maria do Amparo Carvalho de Farias/Jocelin Santa Rita Neto

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS -AL.
HOMOLOGAÇÃO**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, no uso de suas atribuições regulamentares e considerando o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pela Portaria nº 03/2016 de 20.01.2016 RESOLVE HOMOLOGAR o procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial nº 07/2016, Sistema de Registro de Preço nº 07/2016 classificando vencedora do certame seletivo a Empresa ANAILTON RAIMUNDO DOS SANTOS JÚNIOR MINIMERCADO - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.258.293/0001-28 no valor global R\$ 742.500,00 (setecentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais) objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de farinha de trigo destinado ao COMPLEXO NUTRICIONAL do município de São Miguel dos Campos AL. São Miguel dos Campos-AL, 14 de março de 2016. George Clemente Vieira - Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2.001.160304/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016. DAS PARTES: Município de São Miguel dos Campos inscrito no CNPJ sob nº. 12.264.222/0001-09 e a empresa ANAILTON RAIMUNDO DOS SANTOS JÚNIOR MINIMERCADO - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.258.293/0001-28. DO OBJETO: contratação de empresa especializada no fornecimento de farinha de trigo destinado ao COMPLEXO NUTRICIONAL do município de São Miguel dos Campos AL.
DO VALOR: R\$ 742.500,00 (setecentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais)
DO PRAZO: 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura. DA DATA: 15 de março de 2016. DOS SIGNATÁRIOS: George Clemente Vieira/ Anailton Raimundo dos Santos Júnior

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
SEGUNDO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 2.001140711/2014**
DAS PARTES: O Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL inscrito no CNPJ sob nº. 12.264.222/0001-09 e a Empresa J P CALDERARIA - LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.214.171/0001/28. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O prazo de execução contratual, por força deste instrumento, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, e a vigência contratual por mais 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos contados a partir do término do prazo e vigência estipulados no contrato original e seu Primeiro Termo Aditivo. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO - Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente Termo. DA DATA: 17 de novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: George Clemente Vieira/ José Petrócio Leopoldino Gomes

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
SEGUNDO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 2.001140714/2014**
DAS PARTES: O Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL inscrito no CNPJ sob nº. 12.264.222/0001-09 e a Empresa J P CALDERARIA - LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.214.171/0001/28. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O prazo de execução contratual, por força deste instrumento, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, e a vigência contratual por mais 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos contados a partir do término do prazo e vigência estipulados no contrato original e seu Primeiro Termo Aditivo. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO - Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente Termo. DA DATA: 17 de dezembro de 2015. SIGNATÁRIOS: George Clemente Vieira/ José Petrócio Leopoldino Gomes

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
SEGUNDO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 2.00215013/2015**
DAS PARTES: O Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL inscrito no CNPJ sob nº. 12.264.222/0001-09 e a Empresa M. A. PIRES FERREIRA ENGENHARIA - EPP inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.533.362/0001-50. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O prazo de execução contratual, por força deste instrumento, fica prorrogado por mais 09 (nove) meses, e a vigência contratual por mais 12 (doze) meses consecutivos contados a partir do término do prazo e vigência estipulados no contrato original e seu Primeiro Termo Aditivo. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO - Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente Termo. DA DATA: 07 de dezembro de 2015. SIGNATÁRIOS: George Clemente Vieira/ Marcos André Pires Ferreira

Prefeitura de Traipu

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 - SRP**

A Prefeitura Municipal de Traipu/AL comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 07/2016 - SRP.
OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gestão de documental técnica e administrativa, mapeamento de gestão de documentos, mapeamento de processos, elaboração da política gestão documental em meio físico, digital, eletrônico e implantação das regras para gestão de documentos, solução corporativa para indexação, pesquisa de conteúdo digital, gestão de processos, fluxo eletrônico de documentos e processos na modalidade de locação com período de manutenção e suporte técnico.
DATA DA ABERTURA: 01 de Abril de 2016 às 10:00 (dez) horas na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua do Comercio, S/N - Centro - Traipu - AL.
EDITAL: Disponível no endereço acima citado, na sala de licitações. Telefone: (82) 3536-1144, das 08:00 às 13:00 horas
Traipu/AL, 18 de Março de 2016.

Neilson Santos Dantas
Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

Ata de Registro de Preços nº 24/2015 - Processo nº 001625/2015 - Pregão Presencial 15/2015 - SRP. Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993 - Empresa Registrada: M ANDREIA DAS CHAGAS - ME, CNPJ nº 20.437.130/0001-01 - Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de urnas funerárias e serviços fúnebres.
Valor Global: R\$ 233.500,00 (duzentos e trinta e três mil e quinhentos reais).
Vigência: 12 (doze) Meses.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Ata de Registro de Preços nº 25/2015 - Processo nº 001622/2015 - Pregão Presencial 16/2015 - SRP, Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993 - Empresa Registrada: A3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, CNPJ nº 08.608.098/0001-76 - Objeto: Formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de mudas de plantas, insumos e materiais para ornamentação das áreas verdes do município de Traipu/AL.

Valor Global: R\$ 2.192.180,00 (dois milhões cento e noventa e dois mil cento e oitenta reais).
Vigência: 12 (doze) Meses.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Ata de Registro de Preços nº 26/2015 - Processo nº 001623/2015 - Pregão Presencial 17/2015 - SRP, Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993 - Empresa Registrada: ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX - ME, CNPJ nº 19.122.306/0001-49 - Objeto: Formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retiradas de insetos mortos, com fornecimentos de equipamentos e materiais para execução dos serviços, a serem realizados no município de Traipu/AL.

Valor por metro quadrado: R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) Meses.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Ata de Registro de Preços nº 19/2015 - Processo nº 001714/2015 - Pregão Presencial 19/2015 - SRP, Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993 - Empresa Registrada: VS DA SILVA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.592.508/0001-80 - Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção.

1944



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Gabinete do Prefeito



PROCESSO Nº 909-024/2016

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Assunto: SOLICITA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO EM GERAL

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando o que consta nos autos do presente processo, AUTORIZO a nossa Adesão à Ata de Registro de Preços nº 26/2015 do Pregão Presencial nº 17/2015, formalizada pela Prefeitura Municipal de Traipu/AL, objetivando a contratação da respectiva empresa registrada, para a **prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços.**

Para tanto, remetam-se os autos à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças para informar a dotação orçamentária, ato contínuo à Comissão Permanente de Licitação para a adoção das providências que o caso requer.

Boca da Mata/AL, 21 de setembro de 2016.


Gustavo Dantas Feijó
Prefeito

TRIPINCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças



PROCESSO Nº 909-024/2016

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração

ASSUNTO: Solicita autorização para contratação de empresa para prestação de serviços de dedetização em geral

VALOR TOTAL: R\$ 261.000,00 (Duzentos e Sessenta e Um Mil Reais)

Informamos que as despesas correrão por conta das unidades orçamentárias do Programa de Trabalho da Secretaria Municipal interessada, e que existe previsão orçamentária e financeira.

Estrutura Programática	Elemento de Despesa
03.0220.2002 (Gabinete do Prefeito – Manutenção da Procuradoria Geral do Município)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
03.0220.2003 (Gabinete do Prefeito – Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
06.0550.2014 (Secretaria Municipal de Administração – Manutenção das atividades da Sec de Administração)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
07.0660.2016 (Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – Manutenção das atividades da Sec de Planejamento e Finanças)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
08.0770.8001- (Secretaria Municipal de Assistência Social- Manutenção das atividades da Secretaria de Assistência Social	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
08.0770.8016- (Secretaria Municipal de Assistência Social- Implantação e Manutenção de Atividades de Fábrica de Sopa)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
09.0771.8031 (Fundo Municipal de Assistência Social - Manutenção do Programa Bolsa Família IGD)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
09.0771.8032 (Fundo Municipal de Assistência Social - Manutenção do IGD SUAS)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
11.0991.6006 (Fundo Municipal de Saúde – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
11.0991.6008 (Fundo Municipal de Saúde – Bloco de Atenção Básica – PAB FIXO)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

ENTRADA





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças



10.0880.2023 (Secretaria Municipal de Infraestrutura – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
10.0880.2024 (Secretaria Municipal de Infraestrutura – Manutenção do Setor de Limpeza e Conservação Urbana)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
13.1010.4004 (Secretaria Municipal de Educação –Manut. Das atividades da Secretaria Municipal de Educação)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
13.1012.4023 (Secretaria Municipal de Educação –Manut.Execução Dos Programas Vinculados ao FNDE/ MEC- Manutenção das atividades com Recursos do Salário Educação - QSE)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
14.1011.4012 (Fundo Municipal de Educação FUNDEB - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental – 40%	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
14.1011.4013 (Fundo Municipal de Educação FUNDEB - Manutenção das atividades do Ensino Infantil)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
15.1111.2025 (Secretaria Municipal de Cultura – Manut. Das atividades da Secretaria de Cultura)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
17.1313.2032 (Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo – Manut. Das atividades da Secretaria Indústria Comércio e Turismo)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
18.1414.2042 (Secretaria Municipal de Agricultura – Manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura)	3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

A Comissão Permanente de Licitações para as providências cabíveis, evoluindo à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer, retornando ao Gabinete do Prefeito.

Boca da Mata, 21 de setembro de 2016.

Antônio Thiago Melo da Rocha

Secretário de Planejamento e Finanças



11/11/11





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Gabinete do Prefeito



PORTARIA Nº 213/2016

Dispõe sobre substituição de membro da Comissão Permanente de Licitações do Município de Boca da Mata, Alagoas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais conferida pelo art. 44, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, ao fim, que a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 51, dispõe que a Comissão Permanente ou Especial de Licitações será composta de, no mínimo, 03 (três) membros, sendo pelo menos 02 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsável pela licitação.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a servidora de provimento de cargo efetivo **Cristiane Honorato dos Santos Souza**, para compor a Comissão Permanente de Licitação deste município em substituição da servidora **Adna Antunes de Almeida**.

Art.2º. Considerando a Substituição mencionada no artigo acima, ficam designados os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Licitação e suas respectivas funções, quais sejam:

Bergson Araújo Leite – Presidente

Rosana de Melo da Silva – Membro

Cristiane Honorato dos Santos Souza – Membro

Art. 3º. As servidoras Cristiane Honorato dos Santos Souza e Rosana de Melo da Silva, atuarão como Equipe de Apoio, sendo designado como Pregoeiro o servidor Bergson Araújo Leite, nos termos da Lei nº 10.520/2002.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Boca da Mata, Estado de Alagoas, ao 01 dia do mês de julho do ano de 2016.


GUSTAVO DANTAS FEIJÓ
PREFEITO

Publicada, Registrada e Arquivada pela Secretaria Municipal de Administração, em 01 de julho de 2016.


FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚJO JORGE
Secretário Municipal de Administração

EN ESPAÑOL



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



PROCESSO Nº: 909-024/2016
INTERESSADO: **Secretaria Municipal de Administração**
ASSUNTO: **Serviços de dedetização**

Termo de Abertura de Procedimento de Adesão

Por este Termo, AUTUA-SE o presente processo, da inicial aos documentos que a seguem, pelo que, certifica-se conter nos autos todos os elementos necessários ao atendimento das disposições da Lei nº 8.666/1993 e da legislação municipal.

Ato contínuo, abre-se o procedimento de Adesão à **Ata de Registro de Preços nº 26/2015 do Pregão Presencial nº 17/2015 da Prefeitura Municipal de Traipu**, fundamentada no Decreto Municipal nº 786/2013 (art. 21, §7º) que regulamenta o Art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, objetivando a contratação da empresa signatária do registro de preços para a execução do objeto correspondente.

Outrossim, certifica-se que a adesão em tela apresenta-se medida oportuna e conveniente para essa municipalidade, conforme comprovado através da documentação constante nos autos, notadamente pela compatibilidade do objeto, quantitativos suficientes e preços vantajosos.

Destarte, a regularidade fiscal e trabalhista prevista no artigo 29 da Lei 8.666/93, deverá ser comprovada pela potencial contratada quando da apresentação de notas fiscais.

Isto posto, encaminhamos os autos à Procuradoria Jurídica para proceder ao exame e aprovação da minuta de contrato anexa, elaborada em conformidade com os termos do edital da licitação que deu origem ao registro de preços, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93.

Em seguida, sigam os autos à apreciação do Chefe do Executivo Municipal a quem caberá a decisão final acerca da conveniência e oportunidade da presente contratação.

CPL, em 23 de setembro de 2016.


Bergson Araujo Leite
Presidente da CPL

1917



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



Processo nº 909-024/2016

Contrato nº 909-024/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE ANIMAIS SINANTRÓPICOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA, E A EMPRESA ANDERSON FABRÍCIO CAVALCANTE FELIX ME, ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 26/2015 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015-SRP DO MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL.

O **MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA/AL** com sede na Rua Rosalvo Pinto Dâmaso, 224, Centro, Boca da Mata, Alagoas, inscrito no CNPJ sob o nº 12.264.396/0001-63, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Gustavo Dantas Feijó, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 767035 SSP/AL, inscrito no CPF sob o nº 524.759.994-20, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **ANDERSON FABRÍCIO CAVALCANTE FELIX ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.122.306/0001-49, com sede na **Rua a 44, Quadra a 46, nº 54, Conjunto Benedito Bentes 1, Tabuleiro dos Martins, CEP 57.084-44**, no Município de **Maceió/AL**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **Anderson Fabricio Cavalcante Felix**, portador da Cédula de Identidade nº 1933016 SSP/AL e CPF nº 008.794.244-51, tendo em vista o que consta no Processo nº 909-024/2016, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento de **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 26/2015 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015-SRP DO MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL**, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a prestação de serviços de **controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços**, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Boca da Mata conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos, de acordo com os valores ofertados pela Contratada, constantes em Anexo deste instrumento.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Presencial nº 17/2015-SRP DO MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

2.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

EN 84/400



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



2.1.1. emitida a solicitação a contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para executar os serviços;

2.1.2. será considerado executado o serviço quando atestado por servidor especialmente designado, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA obriga-se a:

3.1.1. executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

3.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

3.1.3. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Administração ou a terceiros;

3.1.4. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

3.1.5. apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

3.1.6. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

3.1.7. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

3.1.8. relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

3.1.9. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

2011年12月31日



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



3.1.10. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.1.11. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

3.1.12. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

5.1.1. proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

5.1.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.1.3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.1.4. notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

5.1.5. pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

5.1.6. zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

END PAGE



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

6.1. O valor do contrato é de R\$ **261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais).**

6.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

7. CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

8.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, que conterà o detalhamento dos serviços executados.

8.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente prestados.

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

AP 59300



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



8.7. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

9.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

a. Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;

b. Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.

9.3. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

9.3.1. Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

11 4500



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



9.3.1.1. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste Edital.

9.3.1.2. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.

9.4. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a. A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano;
- b. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros;

9.5. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da solicitação da Contratada.

9.6. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

10. CLÁUSULA DEZ – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

Funcional Programática: 03.0220.2002 (Gabinete do Prefeito – Manutenção da Procuradoria Geral do Município); 03.0220.2003 (Gabinete do Prefeito – Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito); 06.0550.2014 (Secretaria Municipal de Administração – Manutenção das atividades da Sec de Administração); 07.0660.2016 (Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – Manutenção das atividades da Sec de Planejamento e Finanças); 08.0770.8001- (Secretaria Municipal de Assistência Social - Manutenção das atividades da Secretaria de Assistência Social); 08.0770.8016- (Secretaria Municipal de Assistência Social - Implantação e Manutenção de Atividades de Fábrica de Sopa); 09.0771.8031 (Fundo Municipal de Assistência Social - Manutenção do Programa Bolsa Família IGD); 09.0771.8032 (Fundo Municipal de Assistência Social - Manutenção do IGD SUAS); 11.0991.6006 (Fundo Municipal de Saúde – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde); 11.0991.6008 (Fundo Municipal de Saúde – Bloco de Atenção Básica – PAB FIXO); 10.0880.2023 (Secretaria Municipal de Infraestrutura – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura); 10.0880.2024 (Secretaria Municipal de Infraestrutura – Manutenção do Setor de Limpeza e Conservação Urbana);

EN 848400



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



13.1010.4004 (Secretaria Municipal de Educação – Manut. Das atividades da Secretaria Municipal de Educação); 13.1012.4023 (Secretaria Municipal de Educação – Manut. Execução Dos Programas Vinculados ao FNDE/ MEC - Manutenção das atividades com Recursos do Salário Educação - QSE); 14.1011.4012 (Fundo Municipal de Educação FUNDEB - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental – 40%); 14.1011.4013 (Fundo Municipal de Educação FUNDEB - Manutenção das atividades do Ensino Infantil); 15.1111.2025 (Secretaria Municipal de Cultura – Manut. Das atividades da Secretaria de Cultura); 17.1313.2032 (Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo – Manut. Das atividades da Secretaria Indústria Comércio e Turismo); 18.1414.2042 (Secretaria Municipal de Agricultura – Manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura)

Elemento de Despesa: 3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

11. CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e especificações do objeto contratual.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1944



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



12. CLÁUSULA DOZE - DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

12.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13. CLÁUSULA TREZE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.1.2. Apresentar documentação falsa;

13.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.4. Cometer fraude fiscal;

13.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

BR 27000



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Boca da Mata, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

13.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

BY: 2000



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



14. CLÁUSULA CATORZE – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

- 14.1.1.** o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 14.1.2.** o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- 14.1.3.** a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviços, nos prazos estipulados;
- 14.1.4.** o atraso injustificado no início do serviço;
- 14.1.5.** a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- 14.1.6.** a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- 14.1.7.** o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 14.1.8.** o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 14.1.9.** a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- 14.1.10.** a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
- 14.1.11.** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- 14.1.12.** razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- 14.1.13.** a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993
- 14.1.14.** a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave

ER 15000



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

14.1.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, ou parcelas destes, já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

14.1.16. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

14.1.17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

14.1.18. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

14.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

14.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas cláusulas 14.1.1 a 14.1.12, 14.1.17 e 14.1.18;

14.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

14.3.3. judicial, nos termos da legislação.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas cláusulas 14.1.12 a 14.1.17, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

14.5.1. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

2000



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



14.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

14.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

14.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA QUINZE - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas correlatas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

17. CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Boca da Mata, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Boca da Mata /AL, xx de xxxxxxxx de xxxx.

Gustavo Dantas Feijó
Pela CONTRATANTE

ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX
Pela CONTRATADA

EN 94540



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



ANEXO DO CONTRATO Nº 909-024/2016

Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA/AL** e a empresa **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX ME**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face do processo administrativo nº 909-024/2016.

Municipal de Boca da Mata

EN 14180



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA
Procuradoria Geral do Município



Processo Administrativo nº 909024/2016.

Modalidade: Adesão a Ata de Registro de Preços.

Objeto: Contratação de Serviços de Dedetização.

Parte interessada: Secretaria Municipal de Administração.

PARECER PGM GAB Nº 0693/2016.

EMENTA: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO. LEI 8.666/93. DECRETO MUNICIPAL Nº 786/13. REQUISITOS APLICÁVEIS À ESPÉCIE. POSSIBILIDADE.

I – OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 786/13, APLICADO À ESPÉCIE.

II – REQUISITOS EXIGIDOS PREENCHIDOS.

III- POSSIBILIDADE PARA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Trata-se de processo administrativo, encaminhado à Procuradoria Geral Municipal para análise e parecer acerca do pedido formulado pelo Secretário Municipal de Administração, objetivando a Adesão a Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Presencial nº 26/2015, do município de Traipu, deste Estado, visando o **“registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos.**

O presente procedimento fora deflagrado por meio do Of. nº 329/2016-SMA, de 09 de setembro do ano em curso, em que o Secretário solicitante expõe e justifica:

“(…) Solicitamos, em caráter de urgência, a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização em geral** para suprir as demandas do Município, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência anexo, bem como estimativa de preços constante no Mapa Comparativo de Preços igualmente anexado.

Considerando que a realização de procedimento licitatório demandará tempo e material suficiente para, neste momento, inviabilizar a consecução do interesse público em questão, prejudicando o andamento dos trabalhos desenvolvidos pela rede municipal, podendo ainda ocasionar prejuízo, sugerimos que seja vista a possibilidade de viabilizar-se a contratação que se apresenta através de adesão a ata de registro de preços.

Por oportuno, detectamos a existência das Atas de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 17/2015-SRP pertencente a Prefeitura Municipal de Traipu (conf. Publicação no Diário Oficial do Estado de Alagoas de 21 de março de 2016, em anexo) possivelmente capazes de suprir, ao menos em parte, a carência existente nesse momento.

Outrossim, informamos que as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação a ser informada posteriormente. (…)

O pedido inaugural veio instruído com termo de referência, em que consta o objeto, especificação detalhada dos serviços, unidade de medida, quantidade exigida, justificativa, forma de prestação dos serviços, obrigações das partes, controle da execução, infrações e sanções administrativas, bem como a publicação no DOEAL da respectiva Ata de Registro de Preços.

Consta dos autos a pesquisa de mercado, mediante as cotações de preços apresentadas pelas empresas:

Rua Ladislau Coimbra, nº 20, Centro,
Boca da Mata, Alagoas – CEP. 57680-000
pmbmata.pgm@gmail.com

1000

1000

1000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA
Procuradoria Geral do Município



1 – SHALON COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME, inscrita no CPNJ/MF sob nº 02.635.529/0001-07.

2 – SANTOS E DANTAS LTDA – ME, inscrita no CPNJ/MF sob nº 16.367.222/0001-87;

e 3 – P F SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO LTDA – ME, inscrita no CPNJ/MF sob nº 20.009.876/0001-06.

O Exmo. Sr. Prefeito manifestou-se mediante ofício, no sentido de aderir ata de Registro de Preços, celebrada entre Prefeitura Municipal de Traipu/AL e a Empresa **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX – ME**, inscrita no CPNJ/MF sob nº 19.122.306/0001-49, que tinha como objeto o registro de preços para eventual contratação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos.

A empresa **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX – ME**, inscrita no CPNJ/MF sob nº 19.122.306/0001-49, em atendimento a solicitação deste Município, veio aos autos manifestando interesse em prestar os serviços do item registrado na Ata de Registro de Preços nº 26/2015, acostando juntamente alguns documentos de habilitação jurídica e, cópia da Ata de Registro de Preços.

Em atenção a solicitação do Chefe do Executivo deste município, a nobre Prefeita do Município de Traipu, deste Estado, autorizou à adesão à Ata, *retro* mencionada, ocasião em que encaminhou cópias extraídas do respectivo processo administrativo, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 17/2015, seguintes:

- PUBLICAÇÕES NO JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE, DIÁRIO OFICIAL DE ALAGOAS E DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, EDIÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2015;
- EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 - SRP, E SEUS ANEXOS;
- MINUTA DA ATA DA REGISTRO DE PREÇOS;
- MINUTA DA SÚMULA DO CONTRATO, ORDEM DE SERVIÇOS E MODELOS DE DECLARAÇÕES;
- ATA DA SESSÃO PÚBLICA;
- PROPOSTA READEQUADA DA LICITANTE;
- HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME;
- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2015;
- ORDEM DE SERVIÇO;
- PUBLICAÇÃO NO DOEAL DA RESPECTIVA ATA.

A tramitação do pedido, ora em análise, foi validamente autorizada pelo senhor Prefeito.

A Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças informou nos autos acerca da existência de previsão de recursos orçamentários e disponibilidade financeira, assegurando, assim, o pagamento das obrigações decorrentes da aquisição a ser executada, conforme exigência do art. 7º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão Permanente de Licitações acostou ao caderno processual administrativo a Portaria de nomeação, ocasião em que lançou o termo de abertura de procedimento de adesão, acompanhado da minuta do contrato a ser apreciada por este Jurídico Municipal.

É, no essencial, o relatório.

Rua Ladislau Coimbra, nº 20, Centro,
Boca da Mata, Alagoas – CEP. 57680-000
pmbmata.pgm@gmail.com

1998



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA
Procuradoria Geral do Município



II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

De início, mister esclarecer que o presente opinativo tem o condão de analisar tão somente a **legalidade** dos atos a serem praticados, verificando a existência ou não da possibilidade jurídica do pleito, entretanto, não se analisa a conveniência e oportunidade, eis que é ato discricionário da Administração, tendo o presente tão somente função **opinativa**, não sendo, então, vinculante ao gestor.

Superada a prefacial, passar-se-á a análise do pleito coligido nos autos.

O Sistema de Registro de Preços – SRP é um procedimento fundamentado no art. 15, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, trazendo importante forma de contratação pelo Poder Público, na medida em que constitui um procedimento licitatório especial para eventual e futura contratação pela Administração.

Assim, por ser efetivado a partir de uma concorrência ou pregão, com seleção da melhor proposta, possibilita a participação de todos os particulares, garantindo, destarte, o duplo escopo almejado pelo Legislador: **vantajosidade** e **isonomia**.

Sobre o precitado Sistema de Registro de Preços, importante frisar as principais normas da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública – 8.666/93 – e do Decreto Municipal nº 786, de 31 de janeiro de 2013, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços em nosso Município, respectivamente:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições. (negritos e grifos nossos)

...

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município de Boca da Mata, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas,

1990

1

2



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA
Procuradoria Geral do Município



conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - órgão gerenciador – Secretaria Municipal de Administração, que é o órgão da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública municipal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; e

V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

(...)Art. 6º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado. (negritos e grifos nossos).

Dentre suas características mais importantes, destaca-se a qualidade de ser futura e eventual a contratação pelo Gestor, não sendo a Administração, de imediato, obrigada a contratar. Por outro lado, o SRP garante ao licitante vencedor, pelo prazo da Ata de Registro de Preços, a garantia de contratação da proposta mais vantajosa, caso se configure a demanda.

A leitura atenciosa das normas, acima reproduzidas, leva à conclusão que o Sistema de Registro de Preço é estimulado pelo Legislador ao afirmar que as compras deverão ser processadas por este sistema.

No presente caso concreto, o antes referido Decreto Municipal nº 786, de 31 de janeiro de 2013, sobressai, em seu art. 21, a previsão da possibilidade da existência do instituto do empréstimo ou carona, que consiste na utilização de um determinado cadastro de preços por órgãos ou entidade da administração pública, que não participaram da licitação originária desse registro. Vejamos:

Art. 21. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

Da análise da Ata de Registro de Preços nº 26/2015, do Município de Traipu/AL, firmada com a Empresa ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX – ME, inscrita no CPNJ/MF sob nº 19.122.306/0001-49, vencedora do único item, constata-se que a mesma possui prazo de vigência de 12 (doze) meses, conforme cópia da Ata em anexo, tendo sido firmada em 22 de janeiro de 2016, portanto, vigente.

Desta feita, não subsiste razão para se impedir que um determinado órgão ou entidade da administração pública municipal adote ata de registros de preços oriunda de licitação realizada por outro órgão, desde que observado o limite temporal previsto, qual seja, o de que a nova contratação seja feita dentro do prazo de vigência da ata – 12 (doze) meses.

Rua Ladislau Coimbra, nº 20, Centro,
Boca da Mata, Alagoas – CEP. 57680-000
pmbmata.pgm@gmail.com

THE FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION
U. S. DEPARTMENT OF JUSTICE

1

2



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA
Procuradoria Geral do Município



Verifica-se, outrossim, que a Secretaria de Administração deste município, órgão gerenciador das atas de registro de preços, autorizou a pretensão (art. 2º, III, Decreto Municipal 786/2013).

Constata-se, também, a existência de concordância da fornecedora (art. 21, § 2º, Decreto Municipal 786/2013).

Urge mencionar que a utilização da ata de registro de preços por órgão não participante se encontra vinculado, ainda, à comprovação de vantagem econômica. Nesse sentido, a pesquisa mercadológica colacionada aos autos, corroborada pelo parecer técnico da Comissão Permanente de Licitações deste município, se revela vantajosa, uma vez que o valor nela registrado, para fins de aquisições dos produtos, encontra compatibilidade com os preços usualmente praticados no mercado.

Dessume-se, portanto, que a contratação pretendida pela Secretaria de Administração, na qualidade de órgão não participante, se coaduna com os limites temporais e quantitativos previstos no Decreto Municipal nº 786/2013.

Antes de concluir, registra-se que os fundamentos lógicos que sustentam a validade do Sistema de Registro de Preços e do sistema de adesão por órgãos não participantes – carona – consistem na desnecessidade de repetição de um processo licitatório regular **oneroso, lento e desgastante** quando já alcançado a proposta mais vantajosa.

Além disso, quando o “carona” adere a uma Ata de Registro de Preços, em vigor, normalmente já tem do órgão gerenciador informações adequadas sobre o desempenho do contratado na execução do ajuste.

Assim, pelo que analisado até a presente fase processual, a Procuradoria Geral não vislumbra impedimento de ordem legal para que a Secretaria de Administração realize a adesão à Ata de Registro de Preços nº 26/2015, do Município de Traipu/AL, firmada com a Empresa ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX – ME, vencedora do único item, firmada em 22 de janeiro de 2016, para eventual contratação de serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos.

Demais disso, é de importante valia se ponderar, dentre outras coisas, que o bem da vida que circunda a pretensão aqui versada, trata-se de serviço de dedetização em geral, imprescindível para o bom andamento do serviço público municipal, principalmente por questões de higiene e saúde de todos.

III – DA CONCLUSÃO.

Ante a todo o exposto, esta Procuradoria Geral do Município, por sua signatária representante, **OPINA** pela **ADESÃO** à Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 17/2015, do Município de Traipu/AL, eis que, em estrita observância aos ditames legais, aplicáveis a espécie.

Por fim, antes de ser efetivada a contratação pretendida é imprescindível que seja aferida a regularidade fiscal e trabalhista, bem como a qualificação econômico-financeira com marco inicial exigido com o início da vigência do contrato e durante a sua execução, devendo, portanto, para a formalização da adesão à ata de registro de preços ser exigida da empresa a complementação da documentação apresentada.

Eis o parecer, salvo melhor juízo.

Rua Ladislau Coimbra, nº 20, Centro,
Boca da Mata, Alagoas – CEP. 57680-000
pmbmata.pgm@gmail.com

11/11/11





ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA
Procuradoria Geral do Município



Remeta-se o presente procedimento ao senhor Prefeito visando a regular
autorização à adesão pretendida.

Ciência aos interessados.

Boca da Mata/AL, 27 de setembro de 2016.


LEILIANE MARINHO SILVA
Procuradora Geral do Município
OAB/AL 10.067 - Portaria nº 258/2014

ANTONIO MARX ALMEIDA LEITE
Assessor Jurídico
OAB/AL 11.653 - Portaria nº 320/2014

1997-1998





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Gabinete do Prefeito



PROCESSO Nº 909-024/2016

Procedimento: **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 26/2015 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 DO MUNICÍPIO DE TRAIPU**

Assunto: **SOLICITA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO EM GERAL**

Termo de Adesão a Registro de Preços


Face ao constante nos autos do presente processo, DECLARO a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 26/2015 do Pregão Presencial nº 17/2015 do Município de Traipu/AL, celebrada com a empresa **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX ME – CNPJ 19.122.306/0001-49**, que tem como objeto a **prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços**. A presente adesão fundamenta-se no §7º do Art. 21 do Decreto Municipal nº 786/2013, diploma regulamentador do Art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

Retorne à Comissão Permanente de Licitações, para a adoção das medidas necessárias à efetivação da contratação.

Boca da Mata/AL, 04 de outubro de 2016.


GUSTAVO DANTAS FEIJÓ
Prefeito

Cópia publicada no Quadro de Avisos desta Prefeitura em 04/10/2016



Servidor responsável

1978-1979





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



PROCESSO Nº: **909-024/2016**

INTERESSADO: **Secretaria Municipal de Administração**

ASSUNTO: **Serviços de dedetização**

TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Por este Termo, JUNTA-SE aos autos do presente processo os documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTI FELIX ME – CNPJ nº 19.122.306/0001-49.**

CPL, em 05 de outubro de 2016.


Bergson Araújo Leite
Presidente da CPL

501 501 501 501



IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 19122306/0001-49
Razão Social: ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX 00879424451
Nome Fantasia: TOP PRAGAS
Endereço: R A-44 54 QUADRA A46 / BENEDITO BENTES I / MACEIO / AL / 57084-044

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/09/2016 a 26/10/2016

Certificação Número: 2016092705402478018628

Informação obtida em 27/09/2016, às 10:17:09.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



1992



29/09/2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX
CNPJ: 19.122.306/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 10:30:31 do dia 29/09/2016 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/03/2017.

Código de controle da certidão: **10F9.22CF.AAED.4730**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

10/10/10
10/10/10
10/10/10



27/09/2016

Certidão Negativa de Débitos - Sefaz-AL



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA ESTADUAL
DIRETORIA DE ARRECAÇÃO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Certidão Negativa de Débitos

Razão Social: - REGULAR

CNPJ : 19122306000149

Ressalvado o direito de a Fazenda estadual cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até a presente data, débitos inscritos em Dívida Ativa.

Certidão expedida com base na Portaria SARE n° 62, de 23 de julho de 2004.

Emitida às 15:00:27 do dia 27/09/16

Válida até 26/11/2016.

Código de controle da certidão: 5B51-9D36-D23E-C481

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, através do endereço <http://www.sefaz.al.gov.br/certidao>.

Certidão expedida gratuitamente.

EN FRÁNCO





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ESTADO DE ALAGOAS
Comarca de Maceió

CERTIDÃO ESTADUAL
**FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
CONCORDATA**

CERTIDÃO Nº: 001864333

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, no período de 10 anos, verifiquei NÃO CONSTAR distribuições em nome de:

ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX ME, vinculado ao CNPJ: 19.122.306/0001-49 *****

Certifico ainda que a pesquisa acima refere-se a AÇÕES DE FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONCORDATA em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, com as ressalvas abaixo:

Observações:

- 1 - A presente certidão foi emitida de acordo com a Resolução nº. 121/2010 do CNJ;
- 2 - A presente certidão não abrange eventuais ações de FALÊNCIA em que a pessoa a respeito da qual é expedida figure no pólo ativo;
- 3 - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ;
- 4 - Esta certidão não contempla os processos cadastrados no sistema PROJUDI em trâmite nos Juizados Especiais e os processos em tramitação no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que deverão ser objeto de certidões específicas;
- 5 - A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada.
- 6 - A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (www.tjal.jus.br).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, segunda-feira, 3 de outubro de 2016 às 09h31min.

PEDIDO Nº:



ENTRADA





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND 54757 / 2016



Tipo do Contribuinte Contribuinte Econômico			
Inscrição: 901388152		Identificação: 490533290	
Contribuinte ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX 00879424451	C.N.P.J/C.P.F. 19122306000149	Situação Cadastral Ativo	
Logradouro / Número / Complemento / CEP / Edifício / Loteamento A-44 (CJ BENEDITO BENTES I), Nº: 54, QUADRA A 46 57084044, Quadra: , Lote:, Loteamento:			
Bairro: BENEDITO BENTES		Cidade: MACEIO	
Data Expedição 19/07/2016	Validade 16/11/2016	Nº Protocolo 0	Data Protocolo 19/07/2016
N.º De Autenticidade: 81D.1D8.BD2.688			

Certificamos, com fundamento nas informações exaradas no processo Administrativo acima indicado, e as constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressalvado o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que em relação ao contribuinte/imóvel acima identificado inexistente débito impeditivo a expedição desta certidão.

Certidão emitida as 09:32:56 do dia 19/07/2016
 A autenticidade desta certidão pode ser confirmada na pagina da Secretaria de finanças,
 no endereço: <http://www.maceio.al.gov.br/smf/> ou na própria Secretaria de Finanças.

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão

Observação:

1950



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 19.122.306/0001-49

Certidão nº: 77725256/2016

Expedição: 11/08/2016, às 14:27:58

Validade: 06/02/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **19.122.306/0001-49**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

11/11/11





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



Processo nº 909-024/2016

Contrato nº 909-024/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE ANIMAIS SINANTRÓPICOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA, E A EMPRESA ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX ME, ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 26/2015 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015-SRP DO MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL.

O **MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA/AL** com sede na Rua Rosalvo Pinto Dâmaso, 224, Centro, Boca da Mata, Alagoas, inscrito no CNPJ sob o nº 12.264.396/0001-63, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Gustavo Dantas Feijó, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 767035 SSP/AL, inscrito no CPF sob o nº 524.759.994-20, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.122.306/0001-49, com sede na **Rua a 44, Quadra a 46, nº 54, Conjunto Benedito Bentes 1, Tabuleiro dos Martins, CEP 57.084-44**, no Município de **Maceió/AL**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **Anderson Fabricio Cavalcante Felix**, portador da Cédula de Identidade nº **1933016 SSP/AL** e CPF nº **008.794.244-51**, tendo em vista o que consta no Processo nº 909-024/2016, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento de **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 26/2015 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015-SRP DO MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL**, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a prestação de serviços de **controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços**, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Boca da Mata conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos, de acordo com os valores ofertados pela Contratada, constantes em Anexo deste instrumento.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Presencial nº 17/2015-SRP DO MUNICÍPIO DE TRAIPU/AL, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

2.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

A

BY W/ACD



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



2.1.1. emitida a solicitação a contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para executar os serviços;

2.1.2. será considerado executado o serviço quando atestado por servidor especialmente designado, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA obriga-se a:

3.1.1. executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

3.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

3.1.3. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Administração ou a terceiros;

3.1.4. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

3.1.5. apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

3.1.6. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

3.1.7. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

3.1.8. relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

3.1.9. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

A

EN FRAMCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



3.1.10. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.1.11. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

3.1.12. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

5.1.1. proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

5.1.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.1.3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.1.4. notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

5.1.5. pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

5.1.6. zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

A

EN BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

6.1. O valor do contrato é de R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais).

6.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

7. CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

8.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, que conterà o detalhamento dos serviços executados.

8.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente prestados.

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

A

END PAGE



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



8.7. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

9.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

a. Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;

b. Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.

9.3. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

9.3.1. Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

EN BLANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



9.3.1.1. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste Edital.

9.3.1.2. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.

9.4. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a. A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano;
- b. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros;

9.5. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da solicitação da Contratada.

9.6. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

10. CLÁUSULA DEZ – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

Funcional Programática: 03.0220.2002 (Gabinete do Prefeito – Manutenção da Procuradoria Geral do Município); 03.0220.2003 (Gabinete do Prefeito – Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito); 06.0550.2014 (Secretaria Municipal de Administração – Manutenção das atividades da Sec de Administração); 07.0660.2016 (Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – Manutenção das atividades da Sec de Planejamento e Finanças); 08.0770.8001- (Secretaria Municipal de Assistência Social - Manutenção das atividades da Secretaria de Assistência Social); 08.0770.8016- (Secretaria Municipal de Assistência Social - Implantação e Manutenção de Atividades de Fábrica de Sopa); 09.0771.8031 (Fundo Municipal de Assistência Social - Manutenção do Programa Bolsa Família IGD); 09.0771.8032 (Fundo Municipal de Assistência Social - Manutenção do IGD SUAS); 11.0991.6006 (Fundo Municipal de Saúde – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde); 11.0991.6008 (Fundo Municipal de Saúde – Bloco de Atenção Básica – PAB FIXO); 10.0880.2023 (Secretaria Municipal de Infraestrutura – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura); 10.0880.2024 (Secretaria Municipal de Infraestrutura – Manutenção do Setor de Limpeza e Conservação Urbana);

A

11-11-11



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



13.1010.4004 (Secretaria Municipal de Educação – Manut. Das atividades da Secretaria Municipal de Educação); 13.1012.4023 (Secretaria Municipal de Educação – Manut. Execução Dos Programas Vinculados ao FNDE/ MEC - Manutenção das atividades com Recursos do Salário Educação - QSE); 14.1011.4012 (Fundo Municipal de Educação FUNDEB - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental – 40%); 14.1011.4013 (Fundo Municipal de Educação FUNDEB - Manutenção das atividades do Ensino Infantil); 15.1111.2025 (Secretaria Municipal de Cultura – Manut. Das atividades da Secretaria de Cultura); 17.1313.2032 (Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo – Manut. Das atividades da Secretaria Indústria Comércio e Turismo); 18.1414.2042 (Secretaria Municipal de Agricultura – Manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura)

Elemento de Despesa: 3390.39- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

11. CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e especificações do objeto contratual.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

EN BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



12. CLÁUSULA DOZE - DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

12.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13. CLÁUSULA TREZE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.1.2. Apresentar documentação falsa;

13.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.4. Cometer fraude fiscal;

13.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das pendências não supere o valor total do contrato.

A

EN 30040



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Boca da Mata, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

13.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

SECRET



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



14. CLÁUSULA CATORZE – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

14.1.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

14.1.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

14.1.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviços, nos prazos estipulados;

14.1.4. o atraso injustificado no início do serviço;

14.1.5. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

14.1.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

14.1.7. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

14.1.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.1.9. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

14.1.10. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

14.1.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

14.1.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

14.1.13. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993

14.1.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave

A B

EM BRAND



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

14.1.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, ou parcelas destes, já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

14.1.16. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

14.1.17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

14.1.18. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

14.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

14.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas cláusulas 14.1.1 a 14.1.12, 14.1.17 e 14.1.18;

14.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

14.3.3. judicial, nos termos da legislação.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas cláusulas 14.1.12 a 14.1.17, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

14.5.1. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

11 000000



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



14.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

14.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

14.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA QUINZE - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas correlatas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

17. CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Boca da Mata, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Boca da Mata /AL, 05 de outubro de 2016.


Gustavo Dantas Feijó
Pela CONTRATANTE


ANDERSON FABRÍCIO CAVALCANTE FÉLIX
Pela CONTRATADA

EN 24000



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



ANEXO DO CONTRATO Nº 909-024/2016

Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA/AL** e a empresa **ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX ME**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face do processo administrativo nº 909-024/2016.

(Handwritten signature in blue ink)

(Handwritten signature in blue ink)

EM BRAND



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Administração



ANEXO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	ESTIMATIVA DE PREÇO UNIT. (R\$)	ESTIMATIVA DE PREÇO TOTAL (R\$)	PREÇO REGISTRADO UNIT. (R\$)	PREÇO REGISTRADO TOTAL (R\$)
1	Serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos.	180.000	M ²	2,45	441.000,00	1,45	261.000,00
VALOR TOTAL: R\$					441.000,00		261.000,00

Boca da Mata/AL, em 14 de Setembro de 2016.


Rodolfo Barros
Responsável Setor de Compras

MADE IN CHINA





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 909-024/2016 – Processo nº 909-024/2016 – Adesão à Ata de Registro de Preços nº 26/2015 do Pregão Presencial nº 17/2015 da Prefeitura Municipal de Traipu/AL – Fundamentação Legal: Decreto Municipal nº 786/2013 (art. 21, §7º) que regulamenta o Art. 15 da Lei 8.666/93 – Contratado: ANDERSON FABRICIO CAVALCANTE FELIX ME (CNPJ nº 19.122.306/0001-49) – Objeto: prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços – Valor Global: R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais) – Vigência: 12 (doze) meses.

Cópia publicada no Quadro de Avisos
desta Prefeitura em 05/10/2016.



Servidor responsável

EN BLANCO



Diário dos Municípios

Prefeitura Municipal de Barra de Santo Antonio

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL
AVISO DE CANCELAMENTO

Pregão Presencial N° 03/2016 – Objeto: Aquisição Material Gráfico – Data: 18/11/2016, às 10:00h00min.

Assis Gomes da Silva Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel

MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° TP01/2016 – Processo n° 712.019.2016 – Tomada de Preços n° 01/2016 – Fundamentação Legal: Lei Federal n° 8.666/93 – Contratada: AM3 ENGENHARIA LTDA - ME (CNPJ n° 16.628.118/0001-07) – Objeto: contratação de empresa para execução de obra de engenharia referente à pavimentação e drenagem de diversas ruas – Valor global: R\$ 850.456,68 (oitocentos e cinquenta mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos) – Vigência: 13 (treze) meses.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO N° 712.019.2016
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2016

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Tomada de Preços n° 01/2016, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo n° 712.019.2016, HOMOLOGO, com fundamento no Art. 43, VI, da Lei n° 8.666/93, o procedimento licitatório. Ato contínuo, ADJUDICO o objeto da licitação em favor da licitante vencedora do certame, a empresa AM3 ENGENHARIA LTDA - ME (CNPJ n° 16.628.118/0001-07), no valor global de R\$ 850.456,68 (oitocentos e cinquenta mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos).

José Medeiros Nicolau
Prefeito

CONCORRÊNCIA N° 01/2016
JULGAMENTO DE RECURSO

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Concorrência n° 01/2016, referente ao processo administrativo n° 805.017.2016, CONHEÇO do recurso interposto pela empresa CP CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, CNPJ n° 12.070.635/0001-440, para DAR-LHE PROVIMENTO, ratificando a decisão da Comissão Permanente de Licitação de reformar o julgamento anterior e classificar a licitante recorrente.

José Medeiros Nicolau
Prefeito

Prefeitura Municipal de Boca da Mata

MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 909-024/2016 – Processo n° 909-024/2016 – Adesão à Ata de Registro de Preços n° 26/2015 do Pregão Presencial n° 17/2015 da Prefeitura Municipal de Traipu/AL – Fundamentação Legal: Decreto Municipal n° 786/2013 (art. 21, §7°) que regulamenta o Art. 15 da Lei 8.666/93 – Contratado: ANDERSON FABRÍCIO CAVALCANTE FELIX ME (CNPJ n° 19.122.306/0001-49) – Objeto: prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento

de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços – Valor Global: R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais) – Vigência: 31 de dezembro de 2016.

AVISO DE ADESAO A REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N° 909-024/2016

Face ao constante nos autos do presente processo, DECLARO a Adesão à Ata de Registro de Preços n° 26/2015 do Pregão Presencial n° 17/2015 do Município de Traipu/AL, celebrada com a empresa ANDERSON FABRÍCIO CAVALCANTE FELIX ME – CNPJ 19.122.306/0001-49, que tem como objeto a prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morcegos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços. A presente adesão fundamenta-se no §7° do Art. 21 do Decreto Municipal n° 786/2013, diploma regulamentador do Art. 15 da Lei Federal n° 8.666/93.

Gustavo Dantas Feijó
Prefeito

Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA LEOPOLDINA
ERRATA

NA PUBLICAÇÃO DO DOE DE 11/11/2016, ONDE SE LÊ :TOMADA DE PREÇO N.º01/2016 e Data:24/11/2016. LEA-SE. TOMADA DE PREÇO N.º02/2016 e Data: 02/12/2016.

Prefeitura Municipal de Flexeiras

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLEXEIRAS

Aviso de Licitação - Pregão Presencial n° 008/2016. Data: 30/11/2016 às 10h00min. Objeto: Aquisição de Material de Expediente e Gráfico. Disponibilização dos editais na Rua Coronel Alcântara, s/n, Centro, Flexeiras/AL. Flexeiras, 16 de novembro de 2016.

Marília Monteiro Lisboa - Pregoeira

Prefeitura Municipal de Olho D'Água do Casado

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Olho D'Água do Casado, no uso de suas atribuições resolve HOMOLOGAR a Tomada de Preço n° 001/2016, objeto Contratação de empresa para realização de concurso público, em favor da empresa FUNDAÇÃO VALE DO PIAUÍ.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO, CNPJ sob o n° 12.350.146/0001-46. CONTRATADA FUNDAÇÃO VALE DO PIAUÍ, CNPJ sob o n° 04.751.944/0001-51, objeto, Contratação de empresa para realização de concurso público, valor e dos recursos: A empresa contratada terá sua contraprestação, exclusivamente, através do recolhimento das taxas de inscrição a serem pagas pelos candidatos que se inscreverem no certame, função programática: 02.0004.122.0004.2.006; elemento de despesa: 3.3.90.39.99 – serviço de pessoa jurídica, dos prazos: 70 (setenta) dias consecutivos, contado a partir da assinatura contratual.

1103
1104





Maceio - quinta-feira
16 de fevereiro de 2017

Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil

Edição Eletrônica Certificada Digitalmente conforme L.EI N° 7.397/2012

Ano 105 - Número 524

Diário dos Municípios

Prefeitura Municipal de Arapiraca

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA, por intermédio da COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, através do Deptº de Compras, solicita Cotações de Preços de empresa especializada para a Aquisição Emergencial de Materiais Médicos e Odontológicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Os interessados devem entrar em contato com o Departamento de Compras do Município para obter o formulário de cotação. E-mail: compras@arapiraca.al.gov.br; ou saudecgabs@gmail.com. Telefone: (82) 3521-1282. Prazo para entrega da cotação 20/02/2017 (segunda-feira).

Igor Raphael Vieira targimo
Deptº de Compras de Bens e Serviços

Prefeitura Municipal de Atalaia

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIÁ

HOMOLOGAÇÃO - ADESÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016
O Prefeito do Município de Atalaia homologa o presente processo no valor de R\$ 3.309.584,17 (três milhões, trezentos e nove mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e dezessete centavos).

EXTRATO DO CONTRATO – ARP

Modalidade: Pregão Presencial nº 003/2016. Objeto: Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos e Correlatos. CONTRATANTE: Município de Atalaia, CNPJ: 12.200.143/0001-26. CONTRATADA 01: Kamédica Distribuidora de Medicamentos Ltda ME, CNPJ nº 05.215.423/0001-42, no valor de R\$ 636.350,00 (seiscentos e trinta e seis mil, trezentos e cinquenta reais); CONTRATADA 02: KM Distribuidora de Medicamentos Ltda ME, CNPJ nº 22.043.389/0001-95, no valor de R\$ 2.671.567,15 (dois milhões, seiscentos e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quinze centavos). Data de Assinatura: 31/01/2017. Vigência: 12 (doze) meses. Itens, quantidades e preços unitários registrados disponíveis na íntegra na sede do município, na Rua Fernando Gondim, nº 114, Centro, Atalaia/AL. Foro: Atalaia/AL. Ordenador da despesa: Francisco Luiz de Albuquerque. Francisco Luiz de Albuquerque – Prefeito.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIÁ

Aviso de Pregão Presencial nº 003/2017. Objeto: Contratação de Serviços de Manutenção e fornecimento de Peças Automotivas. Data: 03/03/2017, às 10h00min. Edital Disponível na Rua Fernando Gondim, nº 114, Centro, Atalaia/AL. Davison Gomes da Silva – Pregoeiro.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIÁ

Aviso de Pregão Presencial nº 004/2017. Objeto: Aquisição de Material de Construção e Correlatos. Data: 08/03/2017, às 10h00min. Edital Disponível na Rua Fernando Gondim, nº 114, Centro, Atalaia/AL.

Davison Gomes da Silva – Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de Boca da Mata

MUNICIPIO DE BOCA DA MATA
EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo ao Contrato nº CC001/2014 – Processo nº 713-010/2016 – Procedimento de Contratação: Concorrência nº 001/2014 (Processo nº 1018-009/2013) – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93 (Art. 57, II) – Contratado: CLORUS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA ME (CNPJ nº 10.711.572/0001-32) – Objeto contratual: prestação de serviços de publicidade – Cláusulas Aditivas: 1 – Do Objeto; 2 – Da vigência; 3 – Da Dotação Orçamentária e; 4 – Da Inalterabilidade.

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 123-016/014 – Processo nº 124-001/2017 – Procedimento de Contratação: Inexigibilidade de Licitação (Processo nº 123-016/2014) – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93 (Art. 57, II) – Contratado: MB SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI ME (CNPJ nº 13.283.853/0001-20) – Objeto contratual: prestação de serviços contínuos de consultoria e assessoria em licitações e contratos administrativos – Cláusulas Aditivas: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA, CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE, CLÁUSULA QUARTA – DO ADITAMENTO, CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CLÁUSULA SEXTA – DA INALTERABILIDADE.

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

4º Termo Aditivo ao Contrato nº PP008/2013 – Processo nº 206-013/2017 – Procedimento de Contratação: Pregão Presencial nº 008/2013 (Processo nº 0318-009/2013) – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93 (Art. 57, II) – Contratado: JENILDA GOMES LIMA - ME (CNPJ nº 03.194.877/0001-59) – Objeto contratual: prestação dos serviços contínuos de locação de máquinas e veículos – Cláusulas Aditivas: 1 – Do Objeto; 2 – Da vigência; 3 – Da Dotação Orçamentária e; 4 – Da Inalterabilidade.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº PP23/2015 – Processo nº 1228-021/2016 – Ata de Registro de Preços nº PP023/2015 (Processo nº 1103-011/2015) – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 786/2013 – Contratado: A C SERVIÇOS E ARTIGOS FUNERÁRIOS LTDA ME (CNPJ nº 09.065.969/0002-04) – Objeto: prestação de serviços funerários – Valor Total: R\$ 35.060,20 (trinta e cinco mil, sessenta reais e vinte centavos) – Vigência: até 31/12/2017.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 909-024/2016 – Processo nº 909-024/2016 – Adesão a Ata de Registro de Preços nº 26/2015 do Pregão Presencial nº 17/2015 da Prefeitura Municipal de Traipu/AL – Fundamentação Legal: Decreto Municipal nº 786/2013 (art. 21, §7º) que regulamenta o Art. 15 da Lei 8.666/93 – Contratado: ANDERSON FABRÍCIO CAVALCANTE FELIX ME (CNPJ nº 19.122.306/0001-49) – Objeto: prestação de serviços de controle de animais sinantrópicos, compreendendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, colocação de iscas, desalojamento de pardais, pombos e morecos, retirada de insetos mortos com fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços – Valor Global: R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais) – Vigência: 12 (doze) meses.

*Republishado por incorreção

77 68440